



AFUBRA

Produtores gaúchos cultivam fumo em Santa Cruz do Sul: senadores do estado defendem debate mais aprofundado sobre convenção que restringe o tabaco

Médicos fazem manifestação pelo controle do uso do fumo

PÁGINA 9

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.235/51 – Brasília, 3 a 9 de outubro de 2005

EDIÇÃO SEMANAL



Proposta de Tasso Jereissati viabiliza mudança eleitoral

Reforma política exige mudança na Constituição

CPI dos Bingos promove superacareação

Para CPI, contrato da Skymaster deu rombo de R\$ 64 mi

PÁGINAS 4 A 7

Referendo

Argumentos para proibir ou não a venda de armas

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Estados e municípios podem ter 240 meses para quitar Previdência

Relator da MP do Bem, **Romero Jucá** adianta que essa deve ser a grande **contribuição** do Senado para resolver a pendência com o INSS, que chega a **R\$ 30 bilhões**

PÁGINA 3

cidadania



MARCOS BERGAMASCO/SECOM-NT

Escovar os dentes depois de cada refeição é uma das práticas essenciais para melhorar a saúde bucal dos brasileiros

Cuidados para manter os dentes e a boca saudáveis

PÁGINA 16

MP DO BEM

Alívio para estados e municípios

A primeira versão do parecer sobre a chamada MP do Bem no Senado já tem pelo menos uma proposta fechada. As prefeituras e os governos estaduais poderão renegociar seus débitos atrasados com a Previdência Social em 240 meses, contra o parcelamento atual de 60 meses, corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) no lugar da Selic, e com um abatimento de 50% na multa devida. As informações são do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que substituiu o senador José Sarney (PMDB-AP) na relatoria do Projeto de Lei de Conversão 23, que modificou a Câmara a Medida Provisória 252.

Se aprovada, essa deverá ser a grande contribuição do Senado para resolver a pendência com o INSS, que, conforme Jucá, chega a R\$ 30 bilhões. “O fundamental para a Previdência é que a renegociação desse passivo, colocando as dívidas das prefeituras e dos governos estaduais em dia, restabelece o fluxo de recolhimentos do setor público”, explica o senador, lembrando que há três meses apresentou ao presidente Lula, quando era ministro da Previdência, a alternativa de refinanciar essas dívidas, proposta agora encampada pelo PMDB e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Outros pontos relevantes para concluir o texto, que deverá ser submetido na terça-feira ao Plenário, devem ser negociados com



Segundo o relator Romero Jucá, pendências com o INSS chegam a R\$ 30 bilhões

os líderes partidários em reunião às 17h desta segunda, no gabinete da liderança do governo. O assunto que promete gerar mais polêmica é o reajuste da tabela de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples, sem atualização desde 1997.

Os limites aprovados na Câmara, depois de grande derrota do governo, dobraram os valores de classificação das microempresas, de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil de receita anual, e de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões, no caso das pequenas. Jucá irá propor, como adiantou ao **Jornal do Senado**, uma revisão nesses tetos “de forma a não desestruturar a arrecadação dos estados e dos municípios”.

A perda de receita da União, estimada pelo governo em R\$ 1,7 bilhão anuais, pode ser absorvida pelos cofres federais, na avaliação do relator. O impacto maior, continuou, ocorreria sobre as finanças estaduais e municipais, principalmente dos entes mais pobres da Federação, onde a presença de grandes empresas é menor.

O retorno do sistema de cobrança cumulativa do PIS/Pasep e da Cofins sobre a energia elétrica para os segmentos rural, residencial, público e de iluminação pública, com alíquota de 3,65%, portanto inferior aos 9,2% cobrados no recolhimento não-cumulativo, é uma exceção que poderá ser derrubada no Senado, se prevalecer a posição do relator. A perda fiscal estimada pelo governo poderá atingir R\$ 600 milhões anuais.

O senador informou que também deve apresentar medidas tributárias que solucionem problemas, como regras que definam entre os prestadores de serviço os que são pessoa jurídica e os que são pessoa física, resolvendo uma “zona cinzenta que tem gerado muitas demandas para a Previdência”. Jucá espera que o novo texto da MP do Bem possa retornar à Câmara na quarta ou quinta-feira para nova votação.

Comissão ouve presidente do BC e retoma tramitação do Orçamento

A escolha dos relatores setoriais do Orçamento de 2006, adiada devido à eleição do presidente da Câmara, deve ser definida esta semana. Os entendimentos mantidos até agora são para que o PMDB mantenha a área de infraestrutura e o PT fique com educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte, cujo relator em 2004 foi o deputado Carlito Merss (PT-SC), que responde pela relatoria geral do Orçamento de 2006.

O PFL deve ser o terceiro da fila a indicar a área de sua preferência, na reunião dos coordenadores das bancadas na Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevista para esta terça-feira, quando deve ser revisto o cronograma de tramitação do projeto da lei orçamentária. Na quinta-feira, o

presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deve comparecer à CMO, a partir das 10h, para debater os resultados da política monetária no primeiro semestre, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A audiência será conjunta com outras comissões das duas Casas.

72 obras com irregularidades

O resultado das auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) em 415 obras, entre março e julho, foi entregue na quinta-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros. O relatório recomenda o corte de recursos federais para 72 obras com indícios de irregularidades graves, envolvendo cerca de R\$ 2 bilhões.

MOBILIZAÇÃO

Prefeitos apelam por mais recursos

Mais de 1.500 prefeitos e vereadores estiveram na semana passada no Senado apelando pela aprovação do aumento dos repasses do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de 22,5% para 23,5%. O aumento faz parte da reforma tributária em tramitação na Câmara. Entre as 50 reivindicações do movimento, estão ainda o parcelamento de débitos com o INSS e a isenção de IPI para máquinas e equipamentos.

– Faltam recursos aos municípios, e a população cobra isso todos os dias – lamentou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, e Sérgio Guerra (PSDB-PE) acompanharam Ziulkoski em reunião com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O ministro prometeu que assinará decreto isentando as prefeituras do IPI-- de máquinas e equipamentos.

– Palocci se comprometeu a conversar com o presidente da Câmara na presença dos prefeitos para marcar a votação



LUIS ALVES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Depois do aperto para acessar o hall do Plenário, prefeitos são compensados pela simpatia dos senadores às reivindicações

da reforma tributária – acrescentou Garibaldi.

Os prefeitos receberam da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o compromisso de obter o parcelamento da

dívida com a Previdência (mais de R\$ 18 bilhões) e de colocar como prioridade para votação a transferência do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios.

Senadores sugerem mudanças na MP do Bem

Depois de conversar com Romero Jucá, relator da MP do Bem, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a possibilidade de parcelamento das dívidas das prefeituras junto ao INSS. Ela apresentou emenda prevendo a amortização em 240

meses, substituindo a taxa Selic pela TJLP do Banco Central.

A MP do Bem pode ainda ser alterada se os senadores atenderem sugestão do senador João Batista Motta (PSDB-ES) e rejeitarem a parte da medida que cria o regime especial de

aquisição de bens de capital, suspendendo a incidência do PIS/Pasep e da Cofins na importação de máquinas e equipamentos para empresas que tenham pelo menos 80% de sua receita bruta proveniente de exportações.

Tourinho pede revisão de dívida municipal

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), em discurso na sexta-feira, reforçou o pedido feito pelos mais de mil prefeitos que estiveram em Brasília na semana passada para renegociação das dívidas dos municípios, com revisão dos débitos e alteração da forma de correção das dívidas, atualmente feita pela taxa Selic (a taxa de juros básica). O parlamentar lembrou que o endividamento cresceu de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 12 bilhões em menos de oito anos.

– É uma dívida impagável e todos nós sabemos disso. Para Tourinho, a causa da “explosão das dívidas municipais” é a correção feita pela Selic. Ele defendeu que a correção seja feita por outro fator, como a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo).

Osmar condena concentração de recursos

A aprovação urgente do aumento nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi um pedido comum de senadores, independentemente de partido, na semana em que os prefeitos ocuparam Brasília para pressionar autoridades federais. A medida pode representar transferência adicional entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,5 bilhão por ano. Osmar Dias (PDT-PR) condenou a concentração de recursos pelo governo federal, que acusou de não honrar o aumento no FPM em troca da aprovação da medida provisória sobre a cumulatividade do PIS/Cofins.

Acabar com guerra fiscal é “fundamental”

Para as senadoras Ideli Salvatti (PT-SC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), é fundamental que os prefeitos cobrem dos governadores o fim da guerra fiscal, que é uma das medidas sugeridas na reforma tributária em discussão na Câmara. Sem isso, disse Ideli, as demais medidas, como o aumento no Fundo de Participação dos Municípios, podem não passar de “paliativos”. A unificação do ICMS, continuou Ideli, será a melhor forma de aumentar a arrecadação dos municípios, beneficiando ainda a União e os estados, com fiscalização e arrecadação mais efetiva. A senadora Ana Júlia Carepa, por sua vez, cobrou dos gestores municipais maior responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

CRISE POLÍTICA Novo presidente da Câmara, ligado ao Planalto, assume e vai presidir processo contra José Dirceu

Renan: Aldo tem perfil adequado ao momento



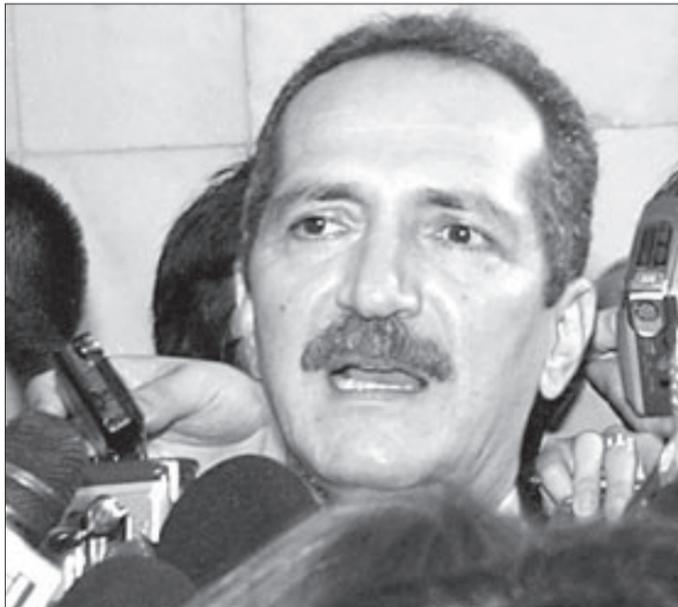
O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse, em entrevista, que o novo presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) – eleito na quarta-feira – será “equilibrado e sério” no exercício da função.

– Ele tem um perfil institucional, recomendável para o momento – afirmou.

Renan destacou que é fundamental uma boa relação entre os presidentes das duas Casas, já que o processo legislativo envolve Câmara e Senado, órgãos “dependentes e complementares”.

Por sua vez, Sibá Machado (PT-AC) ressaltou, em discurso, o que chamou de capacidade de diálogo do PT, ao negociar, com os demais partidos, a eleição de Aldo Rebelo.

Ele condenou as críticas dirigidas ao PT em razão de irregularidades cometidas por alguns de seus integrantes. Em resposta a discurso do presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), que, de acordo com o senador acreano,



JOSE CRUZ/ABR

Aldo Rebelo (D) vai comandar a Câmara até fevereiro de 2007. Nonô, seu adversário na eleição, é o vice-presidente da Câmara

disse em Plenário que “gostaria de se ver livre desta raça [referindo-se ao PT] por 30 anos”, Sibá lembrou que, apesar da crise que enfrenta, “o PT é uma organização política representativa de grande parte da sociedade brasileira”.

Apoiado pelo governo, Aldo

Rebelo foi eleito após acirrada disputa com o deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), que continua vice-presidente da Casa. Anunciou que pretende democratizar o acesso dos deputados às discussões da Câmara, o que inclui relatorias de projetos e comissões permanentes.

Oposição condena interferência do governo

O Poder Legislativo foi acudado mais uma vez pelo Poder Executivo. A afirmação é do 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), ao comentar a eleição do ex-coordenador político do atual governo, deputado Aldo Rebelo, para a Presidência da Câmara, em substituição a Severino Cavalcanti, que renunciou ao mandato. A declaração foi feita durante seminário do Programa Interlegis – comunidade virtual do Poder Legislativo – que debateu a informatização de câmaras municipais em Belém.

– Toda a máquina do governo foi usada para obtenção de um resultado positivo, como se fosse um *habeas corpus* preventivo.

Na hora da vitória, as televisões mostravam que quem mais aplaudia era o deputado José Dirceu. Quem sabe ali não está a salvação parlamentar de Dirceu? – questionou Efraim, presidente da CPI dos Bingos. Ele disse que a vitória de José Thomaz Nonô (PFL-AL) serviria para resgatar a imagem do Congresso.

A senadora Heloísa Hena (PSOL-AL) afirmou que, para garantir a eleição de Rebelo, o governo montou “um balcão de negócios sujos”, como ocorria na época de Fernando Henrique.

A forma como o governo se comportou na eleição, com a liberação de R\$ 500 milhões em emendas, também foi condenada

por Jefferson Péres (PDT-AM).

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) o governo fez um “*strip tease* moral” ao liberar as emendas parlamentares. Pelos cálculos de José Jorge (PFL-PE), 62,8% das emendas foram distribuídas para os partidos governistas e, nos últimos 30 dias, o governo liberou mais que nos outros meses de 2005. Tanto José Jorge quanto Arthur Virgílio, porém, destacaram as qualidades de Aldo Rebelo.

Alvaro Dias (PSDB-PR) comparou a distribuição de recursos na véspera da eleição com o “valerioduto”, ou seja, foi feita, a seu ver, para orientar a votação do candidato do Planalto.

Ricardo Berzoini e Raul Pont disputam presidência do PT

O deputado e ex-ministro Ricardo Berzoini e o ex-prefeito de Porto Alegre (RS), Raul Pont, vão disputar o segundo turno das eleições para a presidência do PT no próximo domingo (9). Votaram 315 mil filiados. Pont superou o candidato Valter Pomar por apenas 279 votos. O quarto colocado, Plínio de Arruda Sampaio, deixou o PT, juntamente com um grupo de deputados federais. Berzoini pertence ao grupo conhecido como Campo Majoritário, do deputado José Dirceu, que dirige o PT há quase dez anos. Raul Pont integra uma das tendências de esquerda do partido, a Democracia Socialista.

Dirceu reafirma inocência e aponta falta de provas

Em depoimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o deputado José Dirceu (PT-SP) reafirmou sua inocência frente às acusações de que chefiava o suposto esquema do “mensalão”. Dirceu declarou que o processo esconde a disputa pelo poder e que não há quaisquer provas contra ele.

Para Dirceu, ele é vítima de prejulgamento e linchamento público, com participação da mídia. Também negou que soubesse dos empréstimos feitos pelo PT por meio do empresário Marcos Valério. Apesar de Dirceu ter afirmado que Valério não era intermediário do governo, a presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, disse que

o empresário era o contato do banco junto ao governo.

Segundo Dirceu, o ex-deputado Roberto Jefferson fez denúncias contra ele para desviar o foco das atenções. E negou o acordo eleitoral entre PTB e PT.

Dirceu criticou o relatório das CPIs que menciona a existência do “mensalão” antes do fim das investigações. E não aceita ser cassado: “Não quebrei o decoro parlamentar. Se cometi erros na direção do PT, quem deve julgar são os filiados do partido”.

Os advogados de Dirceu pediram a anulação do parecer do conselho que proíbe a retirada das representações depois de aberto o processo. O autor, PTB, havia pedido a retirada.

Caixa amarga prejuízos com Gtech, diz Furtado

Podem ser de R\$ 433 milhões os prejuízos da Caixa Econômica Federal pelos contratos firmados nos últimos oito anos com a multinacional Gtech, responsável pelo processamento e operação de loterias. Os números fazem parte de relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentado à CPI dos Bingos pelo procurador junto ao TCU, Lucas Furtado.

O relatório, que ainda não foi analisado pelo Plenário do TCU, nem contraditado pelas partes envolvidas, apresenta os contratos firmados entre as empresas, num total de R\$ 3 bilhões para a Gtech, de 1997 a 2005.

Para o procurador, desde 1997 a Caixa se mantém refém da Gtech, tendo sido impedida de fazer novas licitações por meio de liminares conseguidas pela multinacional na Justiça.

A história começa em 1994, quando a Caixa decide colocar os jogos lotéricos *on-line*. A licitação foi vencida pela Racimec, que somente assinou contrato em 1997. Pouco depois, a empresa foi adquirida pela multinacional americana Gtech.

Em 1997, a Gtech quis assumir o contrato, mas os advogados da Caixa negaram. Em 1998, a advocacia da Caixa recuou e aceitou o pedido da Gtech.

Uma das irregularidades foi o

pagamento à Gtech, em 2002, de R\$ 1,6 milhão por serviços que não constavam do contrato.

– Pelo contrato, somente as operações processadas poderiam ser pagas, mas a Gtech também cobrava pelos serviços não processados. Quando descobriu tal fato, a Caixa pediu a devolução do pagamento, mas a Gtech não aceitou e ameaçou rescindir o contrato, e paralisar as loterias – afirmou Furtado.

Como resultado, a cobrança dos serviços não processados acabou, mas houve aumento de outras tarifas da Gtech. Conforme o procurador, o desconto de 15% no contrato renovado em 2003 é pequeno, uma vez que a Gtech já havia depreciado 100% dos bens investidos inicialmente.

Segundo o relator da CPI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a Caixa sempre leva a pior na relação com a Gtech.

José Jorge (PFL-PE) quer a averiguação pelo Conselho Nacional de Justiça das liminares concedidas pela juíza Maísa Giudice, da Justiça Federal, em favor da Gtech. A quebra de sigilos e o depoimento da magistrada na CPI, requeridos por Flávio Arns (PT-PR), foram suspensos pelo STF. Para Tião Viana (PT-AC), esse é um dos maiores escândalos financeiros no país.



CÉLIO AZEVEDO

Ao lado de ACM (D), o procurador junto ao TCU, Lucas Furtado, detalhou falhas no contrato entre a Caixa e a GTECH

Diferentes versões para esquema de caixa dois

A CPI dos Bingos ouviu, mais uma vez, informações contraditórias na última terça-feira fornecidas pelo ex-gerente da gráfica Villimpress Luciano Maglia e pelo ex-secretário de governo de Antonio Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto Donizete Rosa, atual diretor-superintendente do Serpro.

Maglia voltou a acusar o ex-secretário e Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete do ministro da Fazenda Antonio Palocci, de operarem caixa dois envolvendo a empresa de lixo Leão & Leão e a gráfica Villimpress.

Demitido da gráfica em 2003 sob acusação de desfalque, Maglia ressaltou que foi enganado pelo dono da empresa, Vilivaldo Júnior, para atuar como “laranja” na empresa VilleGraf. Dourado e Rosa, disse, solicitaram serviços da gráfica nos períodos eleitorais de 2000 e 2002.

– Emitiam-se notas fiscais em nome da Leão & Leão, que não

era cliente da gráfica. Em 2002, eram emitidos boletos bancários em nome de Dourado, pagos pela Villimpress, com dinheiro da Leão & Leão – explicou.

O ex-gerente estimou que R\$ 1 milhão tenha sido pago em 2002 e metade ficaria para o caixa dois do PT. Ele assinou ter ouvido Dourado afirmar que dólares seriam comprados com a diferença. Na Leão & Leão o contato era feito com o “sr. Rogério”, que ele acredita ser Buratti, na época funcionário da empresa.

Assim como Dourado, Rosa nega as acusações, afirmando que os serviços pedidos por ele à gráfica, quando candidato a vereador, foram pagos com cheque de campanha e declarados.

Para o senador José Jorge (PFL-PE), se a emissão de notas fiscais para a Leão & Leão ocorreu somente no período eleitoral, as acusações feitas pelo ex-gerente da gráfica estarão comprovadas.

CRISE POLÍTICA Waldomiro Diniz está envolvido em negociações obscuras na Loterj e com a Gtech e Caixa

Superacareação reúne investigados



Em uma iniciativa inédita no Senado, a CPI dos Bingos realiza nesta quarta-feira uma superacareação com os cinco principais personagens da renovação de contrato da Caixa Econômica Federal com a multinacional

Gtech, responsável pela operação e processamento das loterias federais, em 2003. Estarão frente a frente Waldomiro Diniz, ex-subchefe para Assuntos

Parlamentares da Casa Civil; Carlos Cachoeira, empresário de jogos; Rogério Buratti, advogado e ex-secretário do governo municipal de Antonio Palocci; Marcelo Rovai, ex-diretor da Gtech Brasil; e Enrico Gianelli, ex-advogado da Gtech Brasil. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho, deve apresentar até o dia 26 de outubro relatório parcial, com conclusões

específicas sobre esse caso, também investigado pelo Ministério Público.



Marcelo Rovai

Ex-diretor da Gtech Brasil, atualmente é diretor da Gtech no Chile. A empresa, que tem matriz nos EUA, assumiu em 1997 a operação e o processamento *on-line* de jogos lotéricos gerenciados pela Caixa, depois que incorporou a empresa Racimec, que meses antes havia vencido a licitação. Relatório do TCU aponta prejuízos da Caixa nos contratos.



Carlos Cachoeira

Empresário do jogo no Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, é responsável pela gravação da fita em que Waldomiro Diniz aparece lhe pedindo propina e contribuição para campanha eleitoral. Em 2003, intermediou o contato de Waldomiro, então na Casa Civil, com os executivos da Gtech, durante o processo de renovação do contrato.



Waldomiro Diniz

Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), em 2002, foi flagrado em vídeo pedindo propina de Carlos Cachoeira. Os executivos da Gtech o acusam de impor a contratação de um consultor para que fosse realizada a renovação do contrato com a Caixa em 2003, quando era subchefe para Assuntos Parlamentares da Casa Civil.



Rogério Buratti

Advogado, foi secretário de Governo de Ribeirão Preto, em 1993, na gestão Palocci. Em 1994, foi divulgada fita em que conversava com empresário da cidade sobre a distribuição de obras. Com o escândalo, pediu exoneração. Participou das negociações da renovação do contrato da Caixa com a Gtech. Denunciou caixa dois na gestão municipal de Palocci.



Enrico Gianelli

Advogado da Gtech Brasil de 2000 a 2003, por meio do escritório de advocacia Fischer & Foster. Se limita a admitir que apresentou Rogério Buratti a Marcelo Rovai durante as negociações com a Caixa. Mas diz ter sido ameaçado pelo ex-diretor da Gtech, que acusa Gianelli de dificultar a renovação do contrato entre a empresa e a Caixa em 2003.

Depoimentos à CPI dos Bingos sobre o caso Gtech x Caixa

Encontros	Waldomiro Diniz	Carlos Cachoeira	Marcelo Rovai	Rogério Buratti - segundo depoimento	Enrico Gianelli
Primeiro contato (fev/2003)	Disse que foi procurado por Carlos Cachoeira para uma reunião com os executivos da Gtech. Cachoeira o teria ameaçado com fita de vídeo em que aparece pedindo propina.	Afirma que intermediou o encontro de Waldomiro com Gtech a pedido do então subchefe da Assessoria Parlamentar da Casa Civil. Disse que fez as apresentações com medo de ser prejudicado por ele.	Os executivos da Gtech (Antônio Carlos Lino, ex-presidente, e Marcelo Rovai, ex-diretor da empresa no Brasil) afirmam que receberam ligação de Cachoeira em que dizia que Waldomiro Diniz queria encontrá-los.	Não participou	Não participou
Primeira reunião (fev/2003)	Afirmou que foi ao encontro, no Hotel Blue Tree, para confirmar aos executivos da Gtech que Cachoeira tinha contrato com a Loterj e que o cumpria.	Disse que não participou de toda a reunião. Fez apenas as apresentações.	Waldomiro quis saber sobre o negócio que estaria sendo feito com a Caixa, dando a entender que era uma reunião de interesse do governo.	Não participou	Não participou
Segunda reunião (abr/2003)	Waldomiro e os executivos da Gtech encontram-se no Hotel Blue Tree. Ele não informou o motivo do encontro. Contudo, nega ter pedido propina à Gtech ou ter imposto a indicação de um consultor para que fosse efetivada a negociação entre a multinacional e a Caixa.	Não participou	Waldomiro Diniz, no dia 1º de abril de 2003 - primeira data prevista para a renovação do contrato com a Caixa -, impôs a contratação de um consultor, a ser indicado por ele, para que o contrato com a Caixa fosse renovado. Disse que seriam procurados por um consultor.	Não participou	Não participou
Terceira reunião (abr/2003)	Não participou	Não participou	Foram procurados por Rogério Buratti, no dia 2 de abril. O consultor teria cobrado inicialmente R\$ 20 milhões para que houvesse a renovação do contrato. No mesmo dia, o valor foi reduzido para R\$ 6 milhões.	Declarou que Ralf Barquete, então assessor especial da Caixa, havia sido procurado pela Gtech. Ele lhe teria pedido para ir ao encontro com Marcelo Rovai, que na ocasião teria oferecido até R\$ 16 milhões para que o Ministério da Fazenda intercedesse em favor da renovação com a Caixa, o que não teria sido aceito pelo ministro Palocci.	Disse que apresentou Rogério Buratti a Marcelo Rovai a pedido do ex-diretor da Gtech. Teria sido informado por Rovai de que a Gtech tinha interesse em contratar Buratti porque a multinacional queria mudar as pessoas que negociavam pela Caixa.
Quarta reunião (abr/2003)	Waldomiro não fez referência ao assunto dessa reunião, também realizada no Hotel Blue Tree. Confirmou que, ao todo, esteve três vezes com os executivos da Gtech e nega conhecer Buratti.	Não participou	Os executivos informaram Waldomiro de que Buratti teve o nome reprovado pela empresa. O ex-assessor parlamentar teria sugerido a troca do consultor por outro nome, proposta que não foi aceita. A Gtech nega ter pago qualquer valor a qualquer pedido de propina.	Não participou	Não participou. Tempo depois teria sido informado por Rovai de que Buratti não seria mais contratado. Não conseguiu explicar as 35 ligações telefônicas mantidas com Buratti no período de renovação do contrato da Caixa com a Gtech em 2003.

Base do governo quer apurar máfia do apito; oposição, Santo André

A unanimidade reinante na votação de requerimentos de convocação na CPI dos Bingos - até mesmo com relação à polêmica oitiva do goleiro Antônio Claramunt, o Toninho da Barcelona - começa a sofrer golpes na briga entre opositores e governistas.

Enquanto a oposição incomoda o governo com a convocação de personagens ligados ao presidente da República e ao ministro Antonio Palocci e até traz à tona casos de homicídios, os senadores do governo apostam agora na investigação da "máfia do apito", que envolve árbitros que influenciaram no resultado de jogos dos

campeonato Paulista e Brasileiro em troca de propina.

O senador Tião Viana (PT-AC) já apresentou requerimento para a convocação dos árbitros Edílson Pereira de Carvalho e José Paulo Daneilon, acusados no esquema, e do empresário Nagib Fayad, suspeito de encomendar os resultados para lucrar em *sites* clandestinos de apostas.

- Por trás dessa corrupção há um esquema de lavagem de dinheiro que precisa ser investigado. A CPI pode ajudar definindo



Tião Viana

regras claras para a atuação desse ramo de apostas - disse Viana. Para o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), ainda é cedo para convocações. "Primeiro é preciso pedir o que já foi apurado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal para depois pensar em convocar ou não os suspeitos."

O senador José Agripino (PFL-RN) defende a acareação dos irmãos do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel com o chefe de gabinete do presidente da

República, Gilberto Carvalho.

Requerimento neste sentido deverá ser votado nesta terça-feira pelos membros da CPI dos Bingos, assim como o requerimento que pede a convocação do irmão do ministro da Fazenda Antonio Palocci, Adhemar Palocci, apresentado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

Por falta de quórum, o depoimento do deputado Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP), que foi iniciado na última quinta-feira, foi adiado para esta terça-feira. No mesmo dia irá depor Hécio Cambraia Júnior, apontado por receber grandes quantias da empresa MM Consultoria.

CRISE POLÍTICA Relatórios da CPI já concluem que houve fraudes na estatal, como em contrato de transporte aéreo

Correios: rombo de R\$ 64 milhões



Os contratos da Skymaster com os Correios geraram um prejuízo de R\$ 64 milhões aos cofres públicos entre 2001 e 2005, segundo relatório gerencial que a CPI dos Correios divulga esta semana. O superfaturamento, de acordo com os cálculos da assessoria da comissão, chegou a R\$ 113 mil por dia entre dezembro de 2004 e maio de 2005 nos contratos para a operação da Rede Postal Noturna, estrutura de transporte aéreo de correspondências urgentes.

O relatório comprovaria a denúncia do ex-funcionário Maurício Marinho de que houve corrupção na estatal, e confirmaria a tese de que houve acordo prévio para definir os vencedores das licitações em benefício da Skymaster. Em junho de 2001, por exemplo, os Correios exigiram que as empresas apresentassem suas propostas em 24 horas e que começassem a trabalhar imediatamente. Só a Skymaster conseguiu cumprir o calendário.

– Salta aos olhos a impossibilidade material de se buscar no mercado outra empresa que

assumisse esse prazo de 24 horas – conclui o relatório.

Os editais, continua o documento, excluía das licitações os concorrentes da Beta e da Skymaster, que, na prática, dividiam as rotas contratadas pelos Correios, independente da vencedora. O acordo foi firmado em 2000, quatro dias antes da licitação, e, na prática, eliminou a competição entre as duas empresas. Em depoimento à CPI, a operação foi classificada pelo presidente da Beta, Michel Abud Atie Júnior, de "acordo operacional". Segundo Abud, o acordo durou até abril de 2002, mas a CPI acredita que tenha ido até dezembro de 2003.

O relatório ressalta ainda que a variação de preços verificada durante o período comprova que a estatal não dispõe de critérios para fixar valores de referência ou para avaliar propostas das empresas. A falha é considerada "impensável" para uma empresa desse porte, diz o relatório.

Relator da CPI, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), se disse convencido do acordo entre Beta e Skymaster. Já José Eduardo Cardozo (PT-SP) entende que o depoimento de Abud confirma o superfaturamento.



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

CPI dos Correios não conseguiu aprovar requerimentos, que serão analisados em reunião emergencial

Doleiro deve falar sobre dinheiro do PT

Caso a CPI dos Correios aprove novos requerimentos em reunião nesta terça-feira, o doleiro Dario Messer deve depor na quarta. Ele foi acusado de movimentar o caixa dois do PT no exterior.

Ainda esta semana, a Sub-Relatoria de Contratos deve ouvir dois donos de franquias dos Correios e a sub-relatoria que investiga irregularidades no

destinatários petistas de verbas repassadas por Marcos Valério. Na quarta-feira, comparece José Luiz Alves, também suposto sacador de Valério. O deputado Ronivon Santiago (PP-AC) depõe na quinta-feira. Ele foi acusado de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição de Fernando Henrique, em 1997.

destinatários petistas de verbas repassadas por Marcos Valério. Na quarta-feira, comparece José Luiz Alves, também suposto sacador de Valério.

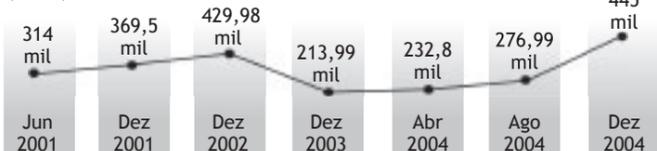
O deputado Ronivon Santiago (PP-AC) depõe na quinta-feira. Ele foi acusado de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição de Fernando Henrique, em 1997.

Contrato da Skymaster é superfaturado

Período do contrato	Superfaturamento
Jun 2001 a Dez 2001	R\$ 7,94 milhões
Dez 2001 a Dez 2002	R\$ 24,76 milhões
Dez 2002 a Dez 2003	R\$ 21,24 milhões
Dez 2004 a Abr 2005	R\$ 10,08 milhões
Total	R\$ 64,018 milhões

Sobe e desce nos preços cobrados por cada operação

(Em R\$)



Paralisa nas votações atrapalha investigação

Há mais de duas semanas a CPI dos Correios não consegue votar requerimentos, seja por falta de quórum ou de acordo entre os parlamentares. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), credita esse comportamento a uma tentativa de tumultuar e desgastar as investigações.

Exemplo disso é a agenda da próxima semana, em que os depoimentos do doleiro Dario Messer e de donos das franquias dos Correios só devem ocorrer se as convocações forem aprovadas em reunião emergencial marcada para a terça-feira.

– São mais de 20 pedidos de quebra de sigilo que estão pendentes. Essas informações são fundamentais e levam tempo para chegar à CPI – informou o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator

de Fontes Financeiras.

Denúncias de que o esvaziamento foi uma manobra deliberada da base governista, resultou em um puxão de orelha público do presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Como resposta, o senador anunciou que pode prorrogar o prazo de funcionamento da CPI, idéia que era descartada por ele desde o início dos trabalhos.

O tom de Delcídio foi interpretado como "retaliação pessoal" creditada pelos parlamentares petistas a seu desentendimento com o PT de Mato Grosso do Sul e na cúpula nacional. O senador admite problemas no PT, mas ressalta que seu comportamento deve-se ao fato de ele rejeitar qualquer tentativa de colocar panos quentes na investigação.

Com atraso nos trabalhos, Delcídio admite prorrogação do prazo da CPI

Sócio de Valério diz que pagou R\$ 120 mil a Mentor

O advogado Rogério Tolentino, sócio do empresário Marcos Valério na empresa de advocacia Tolentino & Melo, afirmou à CPI dos Correios que o deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI do Banestado, recebeu R\$ 120 mil como pagamento por serviço prestado à empresa 2S Participações (também do empresário mineiro).

Tolentino explicou que Mentor se confundiu ao dizer que o pagamento teria sido feito por sua empresa de advocacia. O advogado disse que o primeiro cheque pago a Mentor foi assinado por ele, mas o dinheiro teria sido ressarcido pela 2S, o que, para o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), configura crime fiscal. O advogado afirmou que desconhecia que o empréstimo de R\$ 10 milhões que tomou no banco BMG a pedido de Valério, destinava-se ao PT. Tolentino confirmou ainda ter comprado apartamento no valor de R\$ 115 mil de Ângela Saragosa, ex-mulher do deputado José Dirceu (PT-SP). Segundo Tolentino, o ex-presidente do Banco Popular Ivan Guimarães queria comprar o apartamento, mas não tinha o dinheiro. Tolentino teria decidido então comprar para investir e ajudar Guimarães, que aluga o apartamento para a mãe morar, com pagamentos em dia. Em depoimento à CPI, Ivan Guimarães negou saber que o apartamento pertencia a Ângela Saragosa.

Marinho: fraudes ocorriam em diversas fases dos contratos

Em depoimento secreto à CPI dos Correios, o ex-funcionário da estatal Maurício Marinho apresentou dossiê com detalhes sobre irregularidades nos contratos da empresa – algumas já confirmadas pela CPI.

Segundo relatos de parlamentares presentes, Marinho acusou a atual administração e a do ex-presidente dos Correios Hassan Gebrin de fraudes.

O sistema de corrupção, segundo Marinho, ia do processo de elaboração de editais de licitação à concessão de aditivos contratuais para empresas.

Marinho disse que Sílvio Pereira, ex-secretário-geral do PT, interferiu na contratação da empresa de informática HHP. Ele afirmou ainda que o aditivo no contrato de publicidade, em benefício da SMP&B de Marcos Valério, foi articulado pelo diretor comercial, José Otaviano Pereira, por determinação do ex-ministro da Secretaria de Comunicação Luiz Gushiken.

Além disso, Marinho sugeriu que o ex-diretor de Operações dos Correios Maurício Madureira recebeu cerca de R\$ 1 milhão em um contrato para a compra de furgões. Os veículos, disse, teriam sido adquiridos a preços superiores aos

estabelecidos como referência, em um processo direcionado para ser vencido pela Fiat.

Marinho também denunciou que a concessão de franquias dos Correios causou prejuízos de R\$ 1 bilhão para a estatal, já que clientes corporativos trocaram a estatal pelas franquias, controladas por apadrinhados de políticos. O critério de concessão das franquias já fora colocado em dúvida por



Apesar de 30 telefonemas, Marinho (D) nega vínculo com Roberto Jefferson

ex-diretores dos Correios já ouvidos pela CPI.

Marinho se esquivou de detalhar sua participação no esquema de corrupção e negou se relacionar com o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) – em nome de quem ele dizia agir quando foi flagrado recebendo propina. Mas Marinho não soube explicar os mais de 30 telefonemas do seu celular para telefones do ex-deputado.

CRISE POLÍTICA

Renan defende agenda de crescimento

Em debate do Grupo de Líderes Empresariais (Lide) na sexta-feira em São Paulo, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse que é preciso reagir contra o que impede o desenvolvimento econômico no Brasil e não apenas à corrupção e à falta de ética que corroem o sistema político e a confiança nas instituições democráticas.

– Precisamos reagir diante da escalada da violência, da exclusão social e da fragilidade de nossas políticas públicas, incapazes de colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento – afirmou.

Citando dados de pesquisa divulgada há poucos dias pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Renan destacou que existem quase 12 milhões de jovens brasileiros vivendo na pobreza, tendo sido constatado o fracasso das políticas para o acesso à escola. Ele também citou dados do Banco Mundial que colocam o Brasil, num ranking de 155 países, na 119ª posição quanto à qualidade do ambiente para negócios.

Renan assinalou que, apesar de o Brasil apresentar números positivos na economia, o momento

exige cautela, pois se o país está crescendo, ainda cresce menos do que os países vizinhos. Ele defendeu a criação de um cenário propício para investimentos nacionais e estrangeiros, promovendo a recuperação dos créditos do setor privado, acabando com as armadilhas da burocracia, garantindo um tratamento diferenciado para os pequenos negócios e investindo de forma efetiva em infra-estrutura, o maior gargalo da economia brasileira. A essas iniciativas, Renan chamou de “agenda mínima de crescimento”.



Renan Calheiros discursa em debate promovido na sexta-feira pelo Grupo de Líderes Empresariais em São Paulo

Senadores querem mudar regras para pleito de 2006

Enquanto viam o prazo constitucional para alteração da legislação esvaír, os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Pedro Simon (PMDB-RS) apontaram a PEC de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que estende a possibilidade de mudança emergencial nas regras para as eleições de 2006 até dezembro próximo, como melhor solução para que no ano que vem não se repitam os equívocos de outras eleições. A matéria está sendo analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

– Essa é a única saída que resta. Vamos nos agarrar como náufragos na prorrogação deste prazo. Do contrário, como alguém que, como eu, quer ser candidato no próximo pleito,

poderá se apresentar ao eleitorado? Gostaria de ser candidato à reeleição pelo PMDB do Rio Grande do Sul, mas não sei se vou concorrer. Como vou fazer campanha? Tenho um nome, uma história. De repente posso me ver envolvido em alguma irregularidade sem saber como nem por que – disse Simon.

Para Garibaldi, caso o prazo seja reaberto, o principal desafio é tornar as campanhas mais baratas como medida para acabar com o caixa dois que, avalia, inviabiliza campanhas limpas e o verdadeiro confronto democrático.

Mesmo reconhecendo que a proposta de Bornhausen é o mínimo necessário para tentar moralizar as eleições, Simon considera que o Executivo, o Judiciário e a Câmara deveriam ter se mobilizado pela aprovação do projeto, que teve apoio unânime no Senado. Para ele, esta seria uma resposta à sociedade que, diz, está estupefata diante da crise política instalada.

Em aparte a Simon, Renan Calheiros avaliou que a população não vai entender o fato se o Congresso não aprimorar a legislação político-partidária, mesmo que puna exemplarmente os envolvidos nos escândalos de corrupção.



CÉLIO AZEVEDO

Proposta de Tasso estende prazo para mudar as regras das eleições do próximo ano

TSE pode aperfeiçoar regulamentação, diz Maciel

Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que baixe resoluções para melhorar o processo eleitoral e partidário, já que várias medidas podem ser tomadas no âmbito infralegal. As campanhas, por exemplo, podem sofrer restrições por meio de resoluções da Justiça Eleitoral.

Dessa forma, showmícios poderiam ser proibidos e os programas eleitorais gratuitos poderiam ser barateados, como pretendia a proposta de Bornhausen.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu a realização de estudos para a implantação do regime parlamentarista. Ele acredita que o sistema daria maior estabilidade às instituições e aos programas definidos

nas campanhas eleitorais.

Valadares, que recebeu o apoio do senador Sibá Machado (PT-AC), apontou ainda que no parlamentarismo ministros e até mesmo o primeiro-ministro podem ser substituídos com mais facilidade, sempre que a sociedade tiver dúvidas sobre as propostas do governo.

– Infelizmente, o Congresso Nacional não se debruçou para resolver essa situação gravíssima. A reforma está sendo deixada de lado quando ela não é menos importante que outras questões do momento – disse Valadares, lembrando que a verticalização de coligações e a cláusula de barreira de 5% dos votos estarão em vigor nas próximas eleições.

Reforma política ainda em compasso de espera

Na semana em que os deputados estiveram concentrados na eleição do novo presidente da Câmara, as reuniões de líderes que poderiam definir o futuro da reforma política não tiveram o sucesso esperado.

De acordo com o artigo 16 da Constituição, para valerem nas eleições subsequentes, as alterações têm que ser aprovadas um ano antes do pleito. Dessa forma, as possibilidades de que as eleições de 2006 tenham regras diferentes se restringem à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/05, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), ou da PEC 446/05, do deputado Ney Lopes (PFL-RN), que ampliam o prazo de mudanças eleitorais até o fim do ano legislativo em dezembro – ou 30 de janeiro, caso haja convocação extraordinária

do Congresso. Somente assim, o projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), enviado pelo Senado à Câmara, pode continuar a tramitar de forma a valer já em 2006.

Apesar das tentativas do líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP), que sugeriu que o presidente Lula vetaria pontos da proposta de Bornhausen sobre as quais não há consenso, lideranças admitem que o acordo sobre medidas que alteram as regras do jogo eleitoral, pelo qual todos os parlamentares foram eleitos, é muito difícil. Ainda que temas como a adoção da lista fechada pelos partidos nas eleições proporcionais ou o financiamento público das campanhas eleitorais gozem aparentemente de apoio suficiente para serem aprovadas, existem muitas críticas e dúvidas quanto aos novos modelos.

Caso as listas fechadas fossem adotadas, por exemplo, a disputa entre candidatos do mesmo partido ficaria restrita à convenção partidária e a fidelidade partidária poderia ser cobrada, uma vez que o voto seria dado apenas na lista do partido. Porém, a elaboração das listas ficaria nas mãos das cúpulas partidárias, cujas atuações estão sendo questionadas.

O financiamento público não tem sequer unanimidade. De acordo com cientistas políticos, o Estado tem que dispor de uma quantidade de recursos suficiente para que não haja tentação de apelar para fontes privadas. Mas a crise fiscal e a necessidade de superávits primários fariam com que os recursos para as campanhas competissem com outros, como os da saúde e da educação, o que gera polêmica no eleitorado. (Com Agência Câmara)



Aldo Rebelo (C), novo presidente da Câmara, em reunião com líderes para discutir votação da reforma

Não existe consenso sobre prorrogação de prazo

Da mesma forma que não há entendimento sobre o mérito da reforma política, agora não há consenso sobre a forma. A prorrogação do prazo para alterações eleitorais, sugeridas pelas PECs em tramitação no Senado e na Câmara, também sofre resistências.

O deputado Rodrigo Maia (RJ), líder do PFL, já se manifestou contrário à aprovação da emenda constitucional que viabilizaria as mudanças na legislação eleitoral. Ele criticou a decisão do recém-

eleito presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), de não convocar sessão deliberativa na semana passada, dentro ainda do prazo legal para aprovar o projeto do senador Jorge Bornhausen, que visa reduzir os custos das campanhas. Maia adianta que não concorda com a abertura de discussão de temas polêmicos, como a ampliação da cláusula de barreira, definida em 5% do eleitorado para as próximas eleições.

Nesse sentido, o líder do PSDB,

deputado Alberto Goldman (SP), entende que antes de votar uma das PECs em tramitação é preciso que haja acordo sobre qual reforma político-eleitoral deve ser votada agora.

A julgar pela divisão entre governistas e oposicionistas na Câmara, parece difícil a aprovação de uma PEC estendendo o prazo de tramitação da reforma (o que requer voto de dois terços dos congressistas). Assim, as eleições de 2006 tendem a transcorrer ainda sob as regras atuais.

REFERENDO Iniciada no sábado, campanha por rádio e TV sobre proibição da venda de armas vai até 20 de outubro

Hora de mostrar as razões ao cidadão

Iniciada no último sábado, a propaganda eleitoral gratuita para o referendo de 23 de outubro promete acirrar a briga pelos votos pró e contra a proibição do comércio de armas e munições no país. Até 20 de outubro, quando se encerra a campanha nacional, as mensagens deverão ser veiculadas pelas emissoras de rádio, inclusive as comunitárias, e pelos canais de TV abertos, além daqueles operados pelas casas legislativas. O "sim" à proibição da venda de armas e munições reúne personalidades como Chico Buarque,



Emerson Fittipaldi e Luciano Huck. O coordenador da Frente Brasil Sem Armas, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ressaltou que o referendo é uma oportunidade para que os brasileiros decidam que modelo de sociedade desejam, "o da paz e da solidariedade ou o da violência e da criminalidade".

Já o presidente da Frente Popular pelo Direito à Legítima Defesa, deputado Alberto Fraga (PFL-DF), acredita que "a população vai descobrir que o referendo é a luta de um grupo que quer acabar com o direito à legítima defesa".

NÃO à proibição de venda de armas

LUIZ TADEU VIAPIANA

Os anos 80 marcam uma mudança radical e grave no perfil da criminalidade no Brasil. Desde 1980, mais de 500 mil brasileiros foram vitimados pelo crime violento. A taxa de homicídios, que era de 11 por 100 mil habitantes em 1980, cresceu para 28,4 em 2002. Um aumento de 158%. Entre os jovens a realidade é ainda mais grave: entre a idade de 20 e 24 anos, a taxa de homicídios varia entre 69 e 66 casos por 100 mil habitantes. O Brasil detém a nada honrosa quinta maior taxa de homicídios entre os 67 países que participam do World Mortality Databases, da Organização Mundial da Saúde.

Por que isso ocorreu, quais são as causas da criminalidade violenta e o que é preciso fazer para reduzi-la? A maior dificuldade em responder a essas perguntas reside na inexistência de dados detalhados sobre o perfil dos homicídios, da vítima, do autor, das circunstâncias e do universo de causas e motivos. Isso decorre, em grande medida, da baixa taxa de esclarecimento das ocorrências, estimada em 3% do total.

O ato criminoso tornou-se sistêmico e planejado como um "negócio", que deve ser eficiente e gerar lucros para seus agentes. Mesmo em pequenas amostras de inquéritos de homicídios, há indicativos da existência de um padrão fortemente relacionado ao crime organizado. Em São Paulo, por exemplo, estudo de 876 inquéritos de homicídios, entre 1998 e 2000, revelou que 76% deles eram "assassinatos planejados". No Rio de Janeiro, os dados são alarmantes: 5 mil jovens atuam como empregados do crime organizado; estima-se que existam 47 mil armas em poder dos criminosos.

Todos os países do mundo possuem algum tipo de legislação de controle de armas de fogo. O Sistema Nacional de Armas e Munições (Sinarm) possui em seu cadastro 3,2 milhões de armas registradas. Dados da indústria mostram que ocorre uma queda



Frente contrária alega o direito dos cidadãos à legítima defesa

na venda de armas de fogo, nos calibres permitidos para civis, desde 1990. Existem projeções que indicam presença de armas em 5% das residências brasileiras. Usando esse dado, verifica-se que o Brasil possui menos armas de fogo em residências do que Estados Unidos, Noruega, Canadá, França, Suíça, Itália e Espanha. Todos possuem taxas de homicídio significativamente menores que a nossa. Daí a conclusão óbvia de que não é a presença da arma que constitui o problema. A questão é se a arma é legal ou ilegal, e em mãos de quem ela está.

Redução do mercado legal não afetará volume de homicídios

Qual é a arma que mata no Brasil? Não sabemos, pela razão já citada de que é impossível tirar qualquer conclusão de uma amostra em que 97% dos casos não são esclarecidos. Por ausência de indicações de autoria, supõe-se que a maioria é praticada por bandidos ou ocorre entre bandidos. E eles, evidentemente, não possuem ou usam armas legais. Se isso é correto, dificilmente a redução do mercado legal vai provocar impacto significativo no volume de homicídios cometidos no Brasil.

Luiz Tadeu Viapiana é economista e membro do Conselho Estadual de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

SIM à proibição de venda de armas

MARIA STELA GROSSI PORTO

A campanha do desarmamento iniciada em julho de 2004 ultrapassou em muito as expectativas e previsões iniciais: 350 mil armas de fogo foram recolhidas até julho de 2005, numa proporção de 134,4 armas recolhidas por 100 mil habitantes. Além disso, reduziram-se as internações hospitalares causadas por armas de fogo.

Diante dos resultados, há o que comemorar e não há como ser contrário ou indiferente à campanha do desarmamento. É uma ação afirmativa, de conscientização e com grande mérito simbólico: a destruição ritualizada de armas, convertidas em montanhas de ferro retorcido, faz agir o imaginário popular, resalta o pavor e/ou a banalidade da morte, alerta para um padrão perverso de sociabilidade violenta, a ser revertido. Mostra que a paz é possível e que a construção da solidariedade é tarefa de todos, sociedade e governo.

Não cabem dúvidas quanto à importância de se desarmar o cidadão e promover ações em prol da cultura da paz. A arma transmite uma falsa ilusão de segurança e de poder e de direitos sobre a vida e a morte. Em mãos de civis, pode levar à violência difusa, sinônimo de caos, de guerra de todos contra todos.

Entretanto, a campanha, por si só, não é política de segurança pública, de redução de violência, nem garantia de que o crime organizado e o criminoso serão desarmados. Sem um conjunto de políticas públicas de segurança, que impeça a disseminação da violência, o cidadão pode continuar desprotegido. Torna-se urgente a reforma dos aparatos policial e judicial – tornando-os mais competentes e preparados a desempenhar com eficiência sua função de guardadores da lei e da ordem, na observância dos direitos humanos e com ênfase na eficácia, mais do que na repressão, desfazendo o imaginário de impunidade que permeia a



Frente favorável alerta para o alto índice de homicídios e lesões

sociedade. Paralelamente, são necessárias políticas sociais mais igualitárias.

Relação entre a ação do Estado e a participação da sociedade

Inicialmente, fui contrária a pedir à população que se pronunciasse, em referendo, sobre a proibição do comércio de armas, entendendo que tal consulta caracteriza, por parte do Estado, a abdicação do seu poder e de seu dever de decidir sobre a matéria. A população não detém subsídios necessários à tomada de tal decisão. Não que o povo não saiba votar: a questão é que decisões da natureza das que o referendo coloca envolvem informações que a população não tem obrigação de conhecer.

Entretanto, o referendo foi aprovado, vai acontecer. Como me coloco radicalmente a favor do desarmamento, considero que, agora, a atitude sensata é a de me colocar ao lado dos que defendem o desarmamento, respondendo "sim" ao referendo. Os resultados poderão ser desastrosos para o futuro do processo de pacificação social, caso vençam os partidários da manutenção do comércio de armas e munições.

Maria Stela Grossi Porto é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) e Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Argumentos contrários à proibição

- O direito à legítima defesa é básico para o ser humano e é garantido pela Constituição. Se forem suprimidos os meios de proteção mais eficazes, certamente atingiremos o núcleo do direito à legítima defesa. O mais correto é disciplinar com rigor a posse de arma de fogo, mas não eliminar tal direito;

- A proibição não diminuirá os índices de violência envolvendo arma de fogo, já que a medida obviamente será inútil para os criminosos. Assim, somente os cidadãos de bem serão desarmados, isto, é, as potenciais vítimas;

- Os assaltantes podem ganhar confiança para entrar nos domicílios, pois saberão previamente que os moradores não possuem armas;

- A proibição leva ao incremento do comércio clandestino de armas de fogo. Isso certamente elevará a lucratividade das organizações criminosas que já atuam nessa área, criando ainda maiores problemas para a segurança pública. Efeito paralelo disso é que o Estado perderá toda a capacidade de controlar a circulação de armas;

- A proibição do comércio de arma de fogo não enfrenta as reais causas da violência da sociedade brasileira, como a miséria, desestruturação familiar, insuficiência dos programas sociais, despreparo das polícias, ineficácia do aparelho do Estado, deterioração dos espaços públicos, etc.

- A indústria bélica brasileira sofrerá enorme revés. Essa indústria é de interesse estratégico para as questões de defesa nacional. No futuro, poderemos pagar alto preço pelo enfraquecimento dessa indústria;

Em defesa da proibição

- A facilidade no acesso às armas de fogo explicaria - pelo menos em parte - os altos índices de mortes e lesões provocados no Brasil;

- Uma sociedade armada tende a resolver seus conflitos interpessoais com recursos à violência. Assim, pequenas desavenças podem ganhar as proporções de uma tragédia. Se a arma não estivesse ali, tão ao alcance das mãos, as mortes e lesões seriam evitadas. O livre comércio de armas de fogo significaria, assim, a banalização da vida em troca do enriquecimento de poucos;

- Possuir armas em casa favorece a ocorrência de acidentes domésticos graves (porém evitáveis), sobretudo envolvendo crianças;

- Sensação de auto-proteção que a arma proporciona seria uma ilusão, já que, em situações extremas, como, por exemplo, assaltos, o mais provável é que ocorra uma maximização dos riscos à vida e integridade pessoal. Além disso, é raro que o proprietário doméstico manuseie a arma com frequência. Esse manuseio é considerado fundamental para conservar a aptidão técnica e estabilidade emocional;

- A proibição do comércio de armas de fogo não é absoluta. A indústria bélica brasileira deve atender exclusivamente as forças armadas, os órgãos de segurança pública e o mercado externo;

- A população brasileira está contribuindo com a campanha desarmamento, entregando, até o momento, mais de 400 mil armas às autoridades. Se a proibição não for aprovada, todo esse esforço terá sido em vão.

TABAGISMO



Manifestação antitabagista no Congresso: senadores gaúchos acham que é preciso mais debate

Antitabagistas pedem aprovação de tratado

Representantes de entidades médicas, como a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, e de organizações não-governamentais, como a Rede Tabaco Zero, realizaram manifestação no Senado na quarta-feira para reivindicar a ratificação da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco que tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O acordo internacional para diminuir o consumo do fumo, conhecido como convenção-quadro, deverá ser ratificado pelo Congresso Nacional até o dia 7 de novembro para que o Brasil possa participar, em fevereiro

de 2006, da conferência internacional que discutirá a implementação de ações mundiais de combate ao fumo.

O pacto internacional prevê o financiamento para a substituição da produção do fumo por outros cultivos agrícolas, como o arroz e o milho, por exemplo. Os eventuais prejuízos para os agricultores provocados pela substituição seriam compensados pelo governo e por instituições, como o Banco Mundial, que apóiam a convenção.

A idéia da substituição por culturas alternativas enfrenta, no entanto, a oposição da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). A cultura do

tabaco no país gera 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos e é fonte de sustento de 236 mil famílias de pequenos agricultores, concentrados, sobretudo, na região Sul, que responde por 96% da produção nacional (850 mil toneladas), com destaque para o Rio Grande do Sul (50%) e Santa Catarina (34%), segundo dados da Afubra.

Os organizadores da manifestação dizem que o acordo, além de importante para a saúde pública, não representa ameaça para os empregados da cadeia produtiva do fumo. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) também defende o acordo.

Senadores gaúchos defendem aprimoramento

A bancada dos senadores gaúchos acompanhou a audiência pública sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, realizada no dia 23 de setembro na cidade de Camaquã (RS), e foi unânime em defender a discussão mais aprofundada sobre o tratado internacional.

– A convenção é um tema complexo que não pode ser resolvido emocionalmente. É preciso buscar uma saída técnica e adequada que permita de forma equilibrada um encontro de alternativas – disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB).

Para Pedro Simon (PMDB), o governo deveria convocar os grandes produtores mundiais, como os EUA e a China, e discutir o estabelecimento de cotas de produção de fumo para cada país.

O senador Paulo Paim (PT) acha que a discussão não deve ser analisada no campo da política partidária. Ele defendeu a adoção de regras de transição claras para os produtores de fumo que forem levados a abandonar a atividade.

Inca, governo e outras entidades apóiam convenção

A posição do Instituto Nacional do Câncer (Inca) é de que o objetivo da convenção-quadro é proteger as gerações presentes e futuras das “devastadoras consequências” geradas pelo consumo de tabaco e pela exposição à fumaça. Segundo o Inca, o tabagismo mata cinco milhões de pessoas por ano, sendo que 200 mil apenas no Brasil.

O Inca também aponta os riscos a que estariam expostos os fumicultores, em decorrência dos agrotóxicos utilizados para garantir uma boa safra. E garante “que 85% do tabaco produzido no Brasil é exportado para países que logo irão adotar políticas para reduzir o consumo do tabaco”.

Em Camaquã, posicionaram-se favoravelmente à ratificação da convenção, além do Inca, os representantes da Casa Civil da Presidência, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, e da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisioterapia, entre outros.

De 168 países, 74 já ratificaram acordo

A Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco foi aprovada em assembléia promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em maio de 2003. No dia 16 do mês seguinte, o documento foi assinado pelo Brasil. O processo de ratificação da matéria teve início em 27 de agosto daquele ano, quando foi apresentado à Câmara, que o aprovou em 14 de maio de 2004 (PDC 1.281/04).

A convenção entrou em vigor mundialmente em 27 de fevereiro deste ano, após ter sido ratificada por mais de 50 países. Dos 168 países que assinaram o acordo, 74 já ratificaram a proposta. De acordo com a OMS, a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública para o combate ao tabagismo em escala mundial.

A convenção atualmente tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde é relatada pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), e será analisada ainda pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde iniciou sua tramitação, antes da aprovação de requerimento para que a matéria fosse analisada também pela CRA.

COMISSÕES

Líderes podem dirimir impasse sobre florestas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou mais uma vez, na quarta-feira, a votação do projeto de lei do Poder Executivo que regulamenta a gestão da exploração das florestas públicas para a produção sustentável (PLC 62/05).

A votação da matéria, prevista para esta quarta-feira, depende agora de um acordo que será discutido em reunião marcada para esta terça-feira, às 14h30, no gabinete do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Participam dessa reunião os líderes partidários, os membros da comissão e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O objetivo da reunião é buscar um acordo definitivo que possibilite a aprovação do projeto na CCJ, onde a matéria ainda depende do parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e já recebeu 23 emendas.

Segundo o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), “a reunião da terça determinará o que acon-

tecerá na quarta”.

O projeto, que já foi aprovado nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), tramita em urgência constitucional e tinha como data limite para votação no Senado o dia 1º outubro.

A deliberação da proposta em Plenário depende, ainda, da votação de três MPs que estão trancando a pauta.

Para o relator do projeto na CCJ, senador Mozarildo Cavalcanti, a proposta favorece o aluguel das florestas brasileiras a empresas internacionais, sendo uma ameaça à soberania nacional.

Pelo menos 1,5 milhão de hectares na fronteira com a Venezuela e Guiana foram demarcados contra a vontade da população indígena local, segundo o senador, mesmo com recomendações contrárias das comissões externas do Senado e da Câmara.



Leonel Pavan (C), entre Reginaldo Duarte e Wellington Salgado: diploma cria horizonte profissional a estudantes de Publicidade

Audiência pública discute diploma para publicitário

A obrigatoriedade de diploma universitário para o exercício da profissão de publicitário – estabelecida no Projeto de Lei 30/04, de autoria do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) – esteve no centro do debate de audiência pública sobre a regulamentação da atividade promovida pela Comissão de Educação (CE).

Ao defender sua proposta, o senador disse que é necessário dar uma perspectiva de futuro aos estudantes de Publicidade. Após concluir seus cursos na área, como recordou Pavan, eles se deparam com uma situação em que não existe uma profissão regulamentada.

– Temos de dar esperança aos estudantes desse país, que se formam e não sabem qual será o seu futuro, mesmo porque atualmente se contrata qualquer um no setor a preço de banana – afirmou Leonel Pavan.

A posição foi contestada por representantes das empresas do setor, como o vice-presidente executivo da Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro), Humberto Alves

Mendes. Para ele, o que garante o futuro de um profissional na publicidade é o talento. Em alguns casos, observou o senador, o diploma “não funciona”, até porque haveria anualmente uma “desova gigantesca de comunicólogos, totalmente incompatível com a capacidade de absorção do mercado”.

O presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão (Cenp), Petrônio Cunha Corrêa, lembrou que grandes publicitários como Nizan Guanaes e Washington Olivetto não têm formação acadêmica. Observou ainda que os profissionais do setor nem sempre gostam de se submeter a normas como horários fixos e trabalham até de madrugada na elaboração de campanhas capazes de seduzir os clientes.

O professor Eloy Simões, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), concordou com a obrigatoriedade do diploma. Ele afirmou que atualmente não se sabe ao certo quem é publicitário e que o projeto ajudaria a afastar o setor da “pica-retagem e do amadorismo”.

COMISSÕES



Paim (C) e Tourinho ouvem a secretária municipal Olívia Santana, na audiência em Salvador

Estatuto da Igualdade Racial passa na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou por unanimidade, na quinta-feira, o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que pretende combater a discriminação e a desigualdade sofridas pelos afro-brasileiros, mediante, inclusive, a adoção de políticas públicas. O estatuto vai a exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa.

Paim lembrou que o projeto vem sendo discutido por meio de audiências públicas em todo o país, com a abordagem dos diversos problemas que envolvem a população afro-descendente.

– O estatuto é a verdadeira carta de alforria do povo negro – destacou Paim.

O senador Rodolpho Tourinho

(PFL-BA), relator do projeto, disse que o Estatuto complementa a Lei da Abolição da Escravatura, de 13 de maio de 1888. Ele explicou que a Lei Áurea tem apenas um artigo, que declara os escravos livres, mas não trata da discriminação sofrida pelo negro no país.

– É muito simbólico que todos os partidos, de mãos dadas, estejam lutando pelo projeto – observou Tourinho. Para ele, foi “um passo importante para melhorar as condições de vida da população negra”.

O presidente da comissão, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), concordou que o estatuto corrige a lacuna deixada pela Lei Áurea e que a proposta ficará na história do Brasil, como “marco da democracia e de uma sociedade aberta a

todos os segmentos sociais”.

Aposentadoria maior para os deficientes

Na mesma reunião, a CAS aprovou, em decisão terminativa, outro projeto (PLS 270/04) do senador Paim, que aumenta em 25% o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, em decorrência de doença ou deficiência física.

Pela proposta, o acréscimo não será aplicado aos segurados especiais – chamada Previdência Rural – pelo fato de que este grupo não contribui para o custeio do sistema previdenciário, mas recebe aposentadoria de acordo com a comprovação da atividade rural por determinado período de tempo.

Em Salvador, idéias para aperfeiçoar o projeto

O Estatuto da Igualdade Racial foi tema, na semana passada, de audiência pública em Salvador, em um espaço da mais alta simbologia para o movimento negro baiano: a sede do bloco afro Ilê Aiyê, forte referência de toda a agitação política e cultural pela afirmação da identidade negra que ganhou corpo nos últimos 30 anos na capital baiana.

A audiência levou a Salvador os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA). À mesa, entre secre-

tários municipais de Salvador e líderes do movimento, figuravam ainda a cantora Margareth Menezes e o presidente do Ilê, Antonio Carlos Santos Vovô.

Tourinho anunciou sua intenção de incorporar ao relatório sobre a proposta do estatuto mecanismos que reforcem a proteção e respeito aos cultos de matriz africana e, ainda, de atenção à mulher negra.

Foi apresentada a proposta para que seja estendida às áreas que abrigam centros religiosos afros a mesma legislação que

protege a posse de terrenos de comunidades quilombolas. Outra preocupação foi a dificuldade de acolhimento pelo Judiciário de denúncias de racismo. Tourinho informou que as brechas estão sendo corrigidas por projeto do próprio senador Paim, também por ele relatado, que aperfeiçoa a Lei Afonso Arinos, onde são tipificados os crimes de racismo.

– O projeto não deixa margem para que qualquer juiz deixe de enquadrar condutas de racismo – assegurou.

Aprovado nome de novo embaixador na Itália

A participação de empresas italianas no programa brasileiro de parcerias público-privadas (PPPs) e a aproximação entre pequenas e médias empresas do Brasil e da Itália estão entre as prioridades do embaixador indicado Adhemar Gabriel Bahadian. Sua nomeação para a representação brasileira em Roma recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e agora será examinada pelo Plenário.

O embaixador ressaltou o importante papel exercido na economia da Itália pelas empresas familiares, ao indicar a prioridade para a formulação de parcerias entre firmas de pequeno porte dos dois países. Em março de 2006, adiantou, uma missão empresarial italiana estará no país para discutir a possibilidade de parcerias.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou a criação de redes de pequenas e microempresas gaúchas nos últimos 20 anos e convidou o embaixador indicado para visitar o estado.

Exame prévio para contador e veterinário

Exame de suficiência poderá ser exigido pelos conselhos profissionais para o exercício das profissões de contador, técnico de contabilidade e de médico veterinário, determinam projetos aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLC 39/05) do deputado Átila Lira (PSDB-PI) estabelece as condições para o exercício das funções de contador e técnico em contabilidade, além de permitir aos conselhos regionais de contabilidade realizarem exames de suficiência. A proposta, relatada pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), ainda depende de exame em Plenário.

Já o projeto do senador Tião Viana (PT-AC), que dispõe sobre a exigência de aprovação em exame nacional de certificação profissional para o exercício da profissão de médico veterinário, foi aprovado em decisão terminativa na CAS.

Justiça priorizará casos com doentes graves

Os portadores de doenças graves terão prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais relacionados a processos dos quais sejam parte ou interessados. A decisão foi tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 145/04) do senador César Borges (PFL-BA).

Atualmente, pelo Código de Processo Civil, somente os idosos acima de 65 anos têm direito a tal prioridade. A proposta também reduziu para 60 anos a idade mínima para ter direito ao benefício, adequando-se, assim, ao Estatuto do Idoso.

Favorável à matéria, o relator José Jorge (PFL-PE) explicou que, devido ao crescente número de processos nos tribunais, o desfecho das demandas costuma ser demorado.

– Diante desse quadro, fácil é concluir que muitos dos enfermos, se não for concedida prioridade nos processos em que sejam partes ou interessados, não viverão tempo suficiente para alcançar o resultado de suas pretensões – explica José Jorge.

Emenda do relator estipula que as doenças graves que terão prioridade na tramitação de processos constarão de listas elaboradas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho, atualizadas semestralmente.

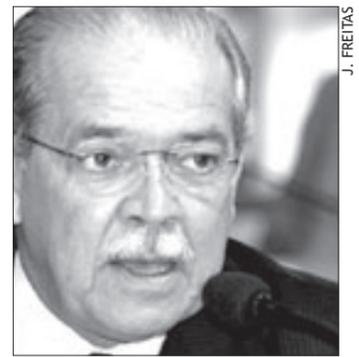
Maus-tratos terão comunicação obrigatória

A CCJ também aprovou pa-

recer do senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que determina a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao Conselho Tutelar da localidade.

A proposição disciplina o artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente definindo que “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

Pelas novas regras propostas, são obrigados a comunicar os maus-tratos: as pessoas encarregadas, por razão de ofício ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes; os professores e as escolas de todos os graus; os trabalhadores de saúde e os serviços de saúde; e as autoridades policiais.



Projeto de César Borges ajusta Código de Processo Civil ao Estatuto do Idoso

Novas restrições contra motorista alcoolizado

Parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei (PLC 87/03) que modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para aperfeiçoar dispositivos que tratam do uso de álcool, substâncias tóxicas e entorpecentes por parte dos motoristas, foi aprovado pela CCJ, na mesma reunião.

O projeto estabelece, entre outras medidas, que os motoristas sob suspeita de embriaguez

sito agravando as penalidades imputadas aos usuários de álcool ou substâncias tóxicas ou entorpecentes quando este cometer crime culposo.

A CCJ acolheu emenda supressiva do senador Sibá Machado (PT-AC) que retirou do projeto proposta de redução da concentração mínima de álcool no sangue que caracteriza a embriaguez do motorista. Desta forma, permanece a concentração

que se recusarem a fazer o teste poderão ter a infração comprovada por meio de outras provas legais ou do testemunho do guarda de trânsito. A medida estende-

se também à suspeita de uso de drogas.

O autor do projeto, deputado Beto Albuquerque (RS), diz em sua justificativa que, embora a condução sob a influência de álcool ou substâncias tóxicas ou entorpecentes seja considerada delito de trânsito, sua caracterização e punição são prejudicadas pela recusa do condutor de se submeter aos testes e exames previstos no código.

O projeto também acrescenta dispositivo ao Código de Trâ-

Outro projeto muda regras dos juizados especiais criminais

de seis decigramas de álcool por litro de sangue para atestar a infração.

Foi aprovado ainda, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 119/04) do sena-

dor Demostenes Torres (PFL-GO) que acrescenta novas regras de competência na legislação que rege os juizados especiais criminais estaduais e federais.

Segundo Demostenes, o desrespeito às regras de “conexão e continência”, além de atrasar o andamento da prestação jurisdicional, pode dar margem a decisões contraditórias. Proposta também eleva de um para dois anos a pena máxima para infrações penais de menor potencial ofensivo.

COMISSÕES

Comitiva americana fala sobre morte de Dorothy

A comitiva norte-americana que acompanha as investigações sobre a morte de Dorothy Stang reuniu-se com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. A missionária foi assassinada em fevereiro deste ano, vítima dos conflitos de terras no Pará – estado com o maior índice nacional de mortes violentas no campo. O irmão da missionária, David Stang, integra o grupo.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) participou do encontro e afirmou que “a impunidade é uma das marcas do país e, especialmente, dos conflitos de terras

no Pará”. A parlamentar acusou ainda parte da polícia paraense de estar a serviço da bandidagem e dos grileiros de terra.

Ana Júlia comentou a prisão recente de dois trabalhadores rurais por policiais que estariam, na ocasião, usando veículo de Luiz Ungaratti, um dos principais suspeitos de ser o mandante da morte de Dorothy Stang.

O advogado Brent Rushforth, que integrou a comitiva, revelou que os responsáveis pelas investigações admitiram que, das 25 testemunhas do caso, apenas uma está sob proteção policial.

Marina pede apoio a convenção ecológica

A justa partilha dos benefícios provenientes da utilização dos recursos da biodiversidade será um dos principais temas da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, para a qual a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu o apoio do Senado. O encontro será realizado em março de 2006, em Curitiba, juntamente com a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica.

Durante a conferência, anunciou a ministra, deverão ser debatidos mecanismos de implantação da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Cúpula sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Os três princípios básicos do documento são os de conservação da biodiversidade, do uso sustentável dos recursos naturais e da distribuição equitativa dos benefícios pela utilização dos recursos genéticos.

– Queremos o Congresso bastante envolvido nesse evento, pois será um dos mais importantes da história de nosso país – declarou Marina durante visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A partir da conferência de Curitiba, começa uma nova etapa da convenção, anunciou o seu secretário-executivo, Hamdallah Zedan. Para que ela fosse firmada, recordou, inicialmente fez-se necessária uma longa negociação entre os países desenvolvidos, que só se pautavam pela política da conservação dos recursos naturais, e os países em desen-

volvimento, interessados na distribuição dos benefícios do uso desses recursos.

– O Brasil é um dos países com maior diversidade biológica do mundo e palco da discussão de um tema importante como a divisão equânime dos benefícios pelo uso dos recursos naturais – afirmou Zedan.

Roberto Saturnino (PT-RJ) concordou com a necessidade de se preservarem os recursos, ao mesmo tempo em que países como o Brasil possam “usufruir justamente dessas riquezas”. Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CRE, considerou positiva a preocupação de países desenvolvidos com a postura do Brasil em relação à preservação da natureza – em especial na Amazônia –, mas disse preocupar-se “ainda mais” com a decisão de alguns países de não assinar o Protocolo de Kyoto, de prevenção de mudanças climáticas.



Senadora Ana Júlia (D) participa de reunião na Câmara: críticas à impunidade

Transporte para alunos deficientes

Em audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o vice-presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, senador Flávio Arns (PT-PR), propôs que a verba de R\$ 5 milhões para compra de veículos para o transporte escolar de portadores de deficiência seja acrescida de mais R\$ 25 milhões. Esses recursos, do

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), são repassados às prefeituras e entidades de deficientes.

Para viabilizar o aumento de verbas, o ministro e o senador discutiram, entre outras hipóteses, a aprovação de lei prevendo isenção de impostos na aquisição de veículos para escolas municipais, estaduais e de entidades de portadores de

deficiência. Flávio Arns informou que há vários projetos de lei em tramitação no Congresso com esse objetivo. Com a isenção, os veículos sairiam pela metade do preço.

O ministro Fernando Haddad sugeriu ainda a aprovação de emenda ao Orçamento da União destinando verbas específicas para o transporte dos estudantes portadores de deficiência.

Presidência

Ministro lança censo previdenciário

Em audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, anunciou o início, nesta segunda-feira, do censo previdenciário, que pretende combater a fraude e melhorar os serviços aos beneficiários da Previdência.

Na primeira fase, cerca de 10% dos 23,6 milhões de apo-

sentados e pensionistas serão avisados da necessidade de atualizar seus dados na rede bancária até fevereiro de 2006.

Na segunda fase, entre março e dezembro de 2006, serão chamados outros 13,1 milhões de aposentados e pensionistas. Os terminais de auto-atendimento informarão sobre os detalhes do censo.

TV digital pode privilegiar inclusão social, diz Costa

O sistema brasileiro de TV digital, que será anunciado até o final do ano, deverá priorizar soluções técnicas que estimulem a interatividade e a inclusão social. A previsão é do ministro das Comunicações, Hélio Costa, que participou de audiência pública conjunta da Comissão de Educação (CE) e das subcomissões de Ciência e Tecnologia e de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

– A grande contribuição que o Brasil vai dar à televisão digital será nos aplicativos. Se investirmos no *software*, promoveremos uma verdadeira revolução industrial e científica neste país. É aí que está nosso caminho para o

sucesso – disse o senador licenciado Hélio Costa, que havia solicitado a realização dessa audiência junto com o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

No dia 10 de dezembro, segundo informou, será oficialmente apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o relatório final do grupo técnico formado para discutir a implantação do sistema brasileiro, composto por 1.200 cientistas de instituições de todo o país. O governo terá, então, dois meses para definir os produtos que serão integrados ao modelo, para que, até a Copa do Mundo de 2006, em junho, sejam iniciadas as primeiras transmissões pelo novo sistema.

Custos preocupam senadores

Os custos de transição para o modelo digital e seus impactos para o consumidor dominaram os questionamentos ao ministro Hélio Costa, feitos pelos senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Iris de Araújo (PMDB-GO), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Reginaldo Duarte (PSDB-CE), Roberto Saturnino (PT-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP), Leonel Pavan (PSDB-SC), Wellington Salgado (PMDB-MG) e José Jorge (PFL-PE).



JANE ARAÚJO

O presidente Renan Calheiros recebeu uma comissão de integrantes e professores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae-DF), que vieram agradecer a realização, pela Casa, da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, de 17 a 23 de outubro. – Vamos tentar queimar etapas para que o Senado

seja uma referência e dê exemplo de inclusão – afirmou Renan. A abertura da semana, às 11h do dia 18, contará com a presença de convidados como os atores Marcos Frota e Bruna Marquezine, que representam deficientes visuais em novela da Rede Globo, o atleta Lars Graell e o artista plástico Siron Franco.

Mercosul discute criação do Parlamento

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), integrada por legisladores do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, discutiu na semana passada o pré-acordo sobre a constituição do Parlamento do Mercosul. O presidente da comissão no Congresso Nacional, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), afirmou que essas reuniões visam construir uma identidade que possibilite a

consolidação do Parlamento do Mercosul.

O sistema de composição do Parlamento ainda depende de acordo. Os paraguaios defendem o mesmo número de representantes para cada país e consenso na tomada de decisões. As demais nações são a favor do acordo firmado em junho, em Assunção, pelo qual o número de representantes obedecerá ao contingente

populacional. Por esse acordo, o Brasil teria 36 membros; Argentina, 31; e Paraguai e Uruguai, 16 cada um.

Também na semana passada, a Mesa diretora da União Interparlamentar Sul-Americana – que reúne o Parlamento Andino (PAN) e a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – aprovou documento com pontos de partida para a convergência dos países da região.

Curtas

Senador belga anuncia visita de príncipe

O presidente Renan Calheiros recebeu a visita do senador belga Johan Vallegeer, que esteve acompanhado do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Na ocasião, o parlamentar da Bélgica anunciou

que o príncipe herdeiro daquele país, Philippe Sajonia, pretende visitar o Congresso brasileiro. Uma delegação de empresários belgas, interessados em acordos econômicos, também deverá vir ao país.

PLENÁRIO

Alvaro quer auditoria em contratos do BNDES

Alvaro Dias (PSDB-PR) comunicou em Plenário que solicitará auditoria sobre os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras em outros países. Ele alertou para o fato de entre os empreendimentos financiados pelo BNDES estar a ponte que liga o Brasil ao Peru, conhecida como estrada do Pacífico, na BR-317. A obra é uma das que apresentaram indícios de irregularidades, segundo relatório apresentado ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU)

Os empréstimos do BNDES para obras no exterior chegam a quase US\$ 3 milhões, conforme informações do senador. Ele diz que isso ocorre em detrimento de projetos nacionais. Para Alvaro, o governo não pode desconsiderar projetos que geram empregos para os brasileiros.

– Não me causa surpresa agora quando verifico que o relatório do TCU revela irregularidades escandalosas na obra que o presidente Lula fez questão de lançar no Peru

– afirmou.

O senador acrescentou que, de acordo com o documento do TCU, quase 85% das obras apresentam irregularidades. Entre elas, observou, estão empreendimentos de linhas de transmissão de energia elétrica em Mato Grosso e ampliação do sistema de Tucuruí (PA). Todas as obras relacionadas pelo Tribunal, conforme Alvaro, somam gastos públicos no valor de R\$ 2 bilhões. O TCU recomendou a paralisação dos projetos e a não-liberação de recursos orçamentários em 2006.

Alvaro destacou ainda que, segundo o texto, nas obras da ponte Brasil-Peru ficou constatada a inexistência de projeto básico para o empreendimento. Além disso, lembrou, o projeto executivo é inadequado, as desapropriações foram ilegais e há superfaturamento da obra.



Alvaro pede que o TCU examine obras no exterior financiadas pelo banco

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse que o conteúdo do relatório é frágil e as irregularidades apontadas no texto são “improcedentes e comprovam o total desconhecimento da legislação vigente” e das especificidades de obras realizadas na Amazônia.

Mobilização contra obra no São Francisco

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) enviou na quarta-feira carta ao presidente Lula em que pede o adiamento do início das obras de transposição do rio São Francisco, segundo informou a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). No documento, observou, a CNBB apela ao presidente para que reconsidere sua decisão política em relação à obra, e faz um alerta a

respeito do quinto dia de greve de fome do frei Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra (BA), em protesto contra o projeto.

A CNBB destaca no texto sua preocupação com a atitude do bispo, considerada pela entidade “um apelo extremo em defesa da vida do rio São Francisco e do povo ribeirinho”. A carta menciona ainda que a transposição do rio divide as opiniões na região

e o assunto está “longe de um consenso” sobre a viabilidade e os resultados socioambientais do empreendimento.

Heloísa disse que faria uma visita ao frei Luiz Flávio Cappio no último sábado, acompanhada de Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) e César Borges (PFL-BA), na capela, na cidade de Cabrobó (PE), onde o bispo se encontra em greve de fome.

José Jorge comemora refinaria no Recife

A escolha do Recife para a instalação de uma refinaria, numa parceria entre a Petrobras e a estatal venezuelana PDVSA, foi comemorada pelo senador José Jorge (PFL-PE). Ele se disse feliz com a decisão por Pernambuco, mas lamentou o fato de a palavra final sobre o local ter partido do governo venezuelano.

José Jorge afirmou que a refinaria deverá estar em funcionamento em cinco anos. E destacou que desde 1980 não se inaugura um empreendimento desse tipo no Brasil e que a iniciativa é importante para o Nordeste, que conta apenas com uma refinaria na Bahia. Ele criticou a posição do governo favorável à transposição do rio São Francisco. Para José Jorge, a questão é polêmica e “divide os estados brasileiros”.

Teotonio critica falta de apoio de Lula ao NE

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o mais alagoano dos presidentes e tem seu nome gravado na história por inúmeros programas e projetos, como o Plano Real, a estabilização da moeda e da economia, o controle da inflação e a universalização do ensino fundamental. Já o governo do presidente Lula, segundo Teotonio, “nada faz, nada libera, apesar de o chefe do Poder Executivo ser um nordestino e um retirante”. Para o senador, os poucos programas adotados foram copiados do governo anterior, que deixou um outro legado: uma “preciosíssima lição de como manter a máquina do Estado longe da eleição”.

Para Sibá, TCU agiu de forma precipitada

Sibá Machado (PT-AC) leu na sexta-feira nota técnica assinada pelos secretários de Planejamento e de Infra-Estrutura do estado do Acre que considera “superficial e precipitada” a inclusão, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul da BR-364 e da ponte binacional Brasil/Peru (BR-317) no rol de obras com indícios de irregularidades apresentado pelo órgão.

A nota, que rebate a auditoria feita pelo TCU, ressalta que o governo do Acre chegou a reivindicar a retirada daquelas duas construções da lista das 72 obras com indícios de irregularidades – já encaminhadas ao Legislativo –, tendo em vista a não conclusão da avaliação das supostas irregularidades.

– Apesar de o governo do Acre ter apresentado esclarecimentos visando afastar os indícios de irregularidades apontados e de ter requerido novas audiências para melhor análise da documentação apresentada, o TCU não se manifestou oficialmente até a presente data – informa a nota técnica lida por Sibá.

Heráclito Fortes (PFL-PI) apontou como “exemplo para o PT” a rápida resposta de Sibá, em nome do governo do Acre. Para Heráclito, a atitude do governador Jorge Viana deveria inspirar o governador do Piauí, Wellington Dias, na resposta a críticas à sua administração no estado.

– Existem governadores que querem cobrir a incompetência com ironias e agressões – disse.

Iris: Brasil amadurece com as crises

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) observou que o Brasil está amadurecendo com as crises. Para ela, o momento é propício para que se tomem decisões importantes e para que sejam repensados os métodos que caracterizam a política nacional.

– A reforma política precisa impreterivelmente transformar o horário gratuito na TV em um debate aberto e franco, sem roteiro nem truques de imagens, com cada candidato expondo suas idéias de maneira espontânea e autêntica. E o mais importante: com todos obrigados a, semanalmente, apresentar a prestação dos custos da campanha – sustentou a senadora.

Paim defende política ousada para idosos

O Dia Internacional do Idoso, comemorado em 1º de outubro, foi lembrado da tribuna na sexta-feira pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele voltou a pedir a adoção de uma política mais ousada que tenha por meta ampliar a proteção à faixa da população que se encontra na terceira idade e já representa 20% do total de brasileiros, conforme observou.

No mesmo discurso, Paulo Paim solicitou ao Ministério da Educação que reabra as negociações com o comando nacional de greve dos trabalhadores das universidades federais, a fim de que se encontre solução para o movimento.

Tourinho presta homenagem à ialorixá Olga do Alaketu

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) prestou homenagem na sexta-feira à ialorixá Olga do Alaketu, que faleceu na noite anterior em Salvador. Ele apresentou requerimento de voto de pesar pela morte da personalidade baiana, considerada “uma das principais representantes da religião afro-brasileira”.

Pessoa de grande influência na cultura baiana, assinalou,

Olga Francisca Régis – conhecida como Mãe Olga – sofria de diabete e enfrentava problemas nos rins. Ela deixa seis filhos, 22 netos e vários bisnetos, além de “centenas de filhos-de-santo” no Brasil e no exterior.

Apoiavam o requerimento de homenagem os dois outros senadores pela Bahia – Antonio Carlos Magalhães (PFL) e César Borges (PFL).

Senadores destacam articulação e bom senso de Amaral Peixoto

A capacidade de articulação e o bom senso que pautaram a vida pública do ex-senador Ernani do Amaral Peixoto foram destacadas como principais qualidades do político fluminense, que teve seu centenário de nascimento comemorado na sessão de terça-feira. Autor

do requerimento propondo a homenagem, Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que Amaral Peixoto foi personagem central da vida pública brasileira.

Associaram-se à homenagem José Sarney (PMDB-AP) e Romeu Tuma (PFL-SP), em nome da Mesa do Senado.



Centenário de nascimento de Amaral Peixoto foi celebrado em sessão especial

Cristovam pede à Mesa do Senado que assegure direito de defesa a Capiberibe

Cristovam Buarque (PDT-DF) comunicou em Plenário que apresentará requerimento à Mesa para assegurar ao senador João Capiberibe (PSB-AP) amplo direito de defesa de seu mandato.

– Quero saber se a Mesa vai pura e simplesmente despachar [a decisão do STF] ou vai dar direito de defesa [a Capiberibe] como prevê a Constituição fede-

ral. Não podemos ficar alheios, sem ouvirmos aqui nesta tribuna a defesa de Capiberibe – defendeu Cristovam.

Mão Santa (PMDB-PI) considerou que a divisão dos Poderes deveria servir para que um Poder tivesse condições de “frear” o outro. Para ele, no entanto, nesse episódio houve uma “passagem de trator” sobre o Legislativo.

Voz do Leitor

CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Venho mostrar minha indignação com a tentativa de alguns parlamentares de impedir que o Conselho de Ética [da Câmara dos Deputados] cumpra seu papel institucional e investigue e puna os parlamentares que não merecerem mais a confiança da sociedade e não fizerem jus ao mandato, quebrando o decoro parlamentar. É dever do Conselho investigar e pedir ou não a cassação dos mandatos! Sou a favor de qualquer investigação e quero que os culpados sejam punidos e banidos da vida pública nacional!”

Gabriel dos Anjos Vilardi, de São José do Rio Preto (SP)

TV SENADO

“Na maioria dos municípios, não é possível assistir à TV Senado gratuitamente. Por isso, sugiro que os senadores intercedam para que o sinal seja transmitido em canal aberto o mais rapidamente possível para todo o país, como já acontece no DF, para dar mais transparência aos trabalhos do Senado.”

Luiz Pinheiro Leis Júnior, de Quixadá (CE)

PARLAMENTARISMO

“Peço aos senadores a apresentação de uma emenda constitucional que mude o regime de presidencialismo para parlamentarismo; assim teríamos mais qualidade para o governo do país.”

Antônio Fernandes Quadros, de Itaúna (MG)

PRESIDIÁRIOS

“Sugiro a apresentação de um projeto para incentivar o trabalho de presidiários em fábricas e indústrias,

com o objetivo de manter os custos do próprio preso. Após o cumprimento da pena, eles sairiam formados profissionalmente e seriam integrados à sociedade.”

Pedro Ursulino dos Santos Neto, de Recife (PE)

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

“Senador Renan Calheiros, peço maior divulgação da legislação sobre rádios comunitárias. É necessário mais agilidade na Anatel e no Ministério das Comunicações para deliberação dos pedidos de funcionamento dessas rádios. Há muita burocracia.”

Wellington da Silva Fernandes, de Riacho Fundo (DF)

APOSENTADORIA PRECOCE

“O povo trabalha durante 30 anos ou mais, oito horas por dia, para se aposentar com um salário de miséria. Já um deputado envolvido em corrupção pode se aposentar com um alto salário após apenas 14 anos de contribuição. Isso indigna o trabalhador.”

Marcos Melo, de São Simão (GO)

CPI DOS CORREIOS

“Senadora Heloísa Helena, considero sincera, clara e moralizante sua atuação nas investigações da CPI dos Correios.”

Eduardo Henrique Canela, de Barra Mansa (RJ)

FERROVIAS

“Sugiro que o senador Tasso Jereissati interceda pela reativação da rede ferroviária do Nordeste. Essa medida aumentaria o turismo e o comércio entre o interior e a capital do Ceará.”

Francisco Marcos, de Barbalha (CE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

DIREITOS DO ESTUDANTE

Rodrigo Moreira, de Santa Rita do Sapucaí (MG)

“Senador Gerson Camata, um cidadão matriculado em faculdade particular que não participe de nenhum programa de apoio governamental ou privado, destinado ao pagamento de mensalidades, e não tendo condições de continuar a pagá-las, pode ser impedido de assistir à aula ou de fazer as provas? Há algum projeto tramitando no Congresso nesse sentido?”

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) responde:

Caro Rodrigo, a Constituição federal, no artigo 205, diz: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. E no artigo 206 diz que “o ensino será ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Já o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), no artigo 42, diz que, na cobrança de débitos, o inadimplente não será exposto a ridículo, nem submetido a qualquer constrangimento ou ameaça. Portanto, o atraso no pagamento de mensalidades não pode ensejar punição. De acordo com a lei, que protege de abusos o aluno, a escola não pode aplicar sanções, tais como: não entregar documentos para transferência, afastar o aluno das aulas, impedir que faça provas ou participe de qualquer atividade escolar. E é certo, pelas decisões do Judiciário, que a escola não pode agir com preconceito, discriminação ou penalidade pedagógica ao inadimplente. Em 1998, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal fixou o entendimento de que constitui ato abusivo por parte da instituição escolar proibir ao inadimplente o acesso às suas dependências, de modo a impedir a frequência às aulas. A prestação de serviços educacionais decorre de atividade essencial, cuja suspensão, de forma unilateral, agride direito fundamental, assegurado pela Constituição. Não há projeto sobre a matéria tramitando atualmente.



PROJETOS PARA O PIAUÍ

Elisvaldo Oliveira do Nascimento, de Marcolândia (PI)

“Senador Mão Santa, gostaria de saber quais os projetos que o senhor fez em prol do povo do Piauí.”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) responde:

Meu caro Elisvaldo, foi aprovado, em 15 de agosto, em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto de minha autoria que cria a Universidade Federal de Parnaíba, que vai beneficiar mais de 3 mil pessoas, em mais de 30 municípios, interessadas em fazer um curso superior, tanto na área de ciências exatas como na de humanas. Em tramitação também o projeto que estadualiza as provas de concursos públicos federais. Assim, elas poderão ser realizadas na própria região ou na capital do estado do inscrito. Hoje, essas provas só são feitas em determinadas regiões, o que obriga os inscritos a empreenderem viagens, sem condições financeiras. Temos propostas para a área de saneamento em conjunto com a bancada do Piauí, além de vários pareceres e modificações a projetos na Subcomissão de Saúde do Senado, da qual faço parte. Em contato com meu gabinete, podemos lhe informar com mais detalhes.



Frases

“Ele tem um perfil institucional, recomendável para o momento”

Renan Calheiros, sobre a escolha de Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara.

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu a postura cívica e fez um “strip tease moral”

Arthur Virgílio condenando a liberação de R\$ 500 milhões em emendas parlamentares às vésperas da eleição para a Presidência da Câmara.

“Este governo afundou num atoleiro do qual não vai sair mais. Seja qual for o resultado da eleição na Câmara, o governo já perdeu”

Jefferson Péres, que também criticou a liberação de recursos às vésperas da eleição para a Presidência da Câmara.

“No mesmo instante em que três CPIs e uma comissão de ética estão investigando denúncias de corrupção, o governo abre novamente o caderno das emendas”

Pedro Simon, ao lamentar o suposto uso de artifícios pelo governo para favorecer a vitória de Aldo Rebelo.

“Os prefeitos devem ser bem tratados no Congresso Nacional, até porque são desrespeitados no Palácio do Planalto, são empurrados pela barriga nos ministérios e são roubados nos repasses federais”

Demostenes Torres, em protesto contra o tratamento que os prefeitos vêm recebendo do governo e também do Senado, onde houve tumulto quando prefeitos goianos foram barrados por seguranças.

“Fizemos mais nesses dois anos e meio do que fizeram nos últimos dez anos. O povo não tem saudade do governo FHC, mesmo com toda essa crise que estamos vivendo”

Aloizio Mercadante, em encontro com mais de 50 prefeitos do PT que estiveram em Brasília na semana passada para discutir problemas e soluções na gestão dos municípios.

“O relacionamento entre a Gtech e a Caixa não é de tapas e beijos, mas somente de tapas, já que a Caixa sempre leva a pior”

Garibaldi Alves, relator da CPI dos Bingos.

Foto da Semana

Mobilização de prefeitos em defesa dos municípios ocupou a Esplanada dos Ministérios na última terça-feira, inclusive com carros de boi. Eles reivindicam o aumento dos repasses ao Fundo de Participação dos Municípios, a aprovação de dois pontos da reforma tributária, a regulamentação dos gastos com a saúde e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb)



VALTER CAMPANATO/ABR

Ballet Bolshoi e Orlando Silva

A estréia nacional do documentário *Ballet Bolshoi – dois séculos de História – A nova geração*, que mostra os bastidores da turnê da companhia russa no Brasil, em 1999, é o destaque da TV Senado. Realizado pela cineasta Liloye Boubli, *Ballet Bolshoi* foi rodado com uma única câmera, em apenas oito dias. Com um custo de R\$ 125 mil – orçamento baixo para uma produção em 16mm –, o filme surpreende pela qualidade, tanto que foi escolhido por unanimidade para abrir o Dance On Camera Festival – o mais tradicional evento de filmes sobre dança do mundo –, no Lincoln Center, de Nova York, em 2001.

Ballet Bolshoi utiliza um vasto material de arquivo, que inclui imagens históricas da Revolução de 1917, para

contar a trajetória dessa que é uma das maiores companhias de dança do mundo. Esse material é intercalado com depoimentos emocionantes de solistas e estrelas da companhia e trechos dos espetáculos *Raymonda*, *Spartacus*, *Carnaval em Veneza*, *Romeu e Julieta*, *Grand Pas Classique*, *Diana e Acteon*, *O Último Tango* e *Dom Quixote*, colhidos durante a turnê brasileira.

A atração vai ao ar nesta sexta-feira, às 22h30; no sábado, às 16h e 21h30; e no domingo, às 14h30 e 22h.

Já a Rádio Senado traz o Cantor das Multidões, Orlando Silva, que será o homenageado do *Música do Brasil*, com transmissão neste sábado às 16h. Uma das mais admiradas vozes da música popular brasileira em todos os tempos, Orlando Silva nasceu no dia

3 de outubro de 1915. Desde menino, ouvia os ensaios do conjunto de Pixinguinha, Os Oito Batutas, do qual seu pai fazia parte.

No programa há uma entrevista de Orlando Silva concedida a Fernando Faro, num programa de televisão, onde ele relata fatos de sua vida e de seus sucessos. Além da entrevista, serão exibidas várias interpretações, como *Lágrimas*, de Cândido das Neves; *Carinhoso*, de Pixinguinha e João de Barro; *Rosa*, de Pixinguinha e Otávio de Souza; *A Última Canção*, de Guilherme Pereira; *Chora Cavaquinho*, de Dunga; *Nada Além*, de Custódio Mesquita e Mário Lago; *Meu Romance*, de J. Cascata; *A Jardineira*, de Benedito Lacerda e Humberto Porto; e *Dá-me tuas Mãos*, de Mário Lago e Roberto Martins.



Casal de bailarinos da companhia, que em 1999 fez várias apresentações no país

DIVULGAÇÃO / BOLSHOI

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

RESENHA

A pesquisa científica no Brasil da Velha República

ALEXANDRE GUIMARÃES

Viagem Científica é o relatório da viagem empreendida por médicos, sanitaristas e pesquisadores chefiados por Artur Neiva e Belisário Pena em 1912 através dos estados da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, do atual Tocantins e de Goiás.

A realidade brasileira em 1912 era diferente em muitos aspectos. Éramos um país eminentemente rural – somente 20% dos habitantes viviam em cidades. Cerca de 90% da população estava



Artur Neiva

concentrada no litoral. A taxa de mortalidade alcançava um índice de 30 habitantes por grupo de mil. O brasileiro tinha uma expectativa de apenas 33 anos de vida.

No sertão, os números eram piores. As iniciativas para reverter esses números haviam começado em 1903, quando o presidente Rodrigues Alves convidou o médico sanitarista Oswaldo Cruz para assumir o Serviço de Saúde Pública da capital federal. Apesar da resistência e dos obstáculos de toda sorte, os êxitos obtidos melhoraram enormemente as condições de saúde das princi-

pais cidades brasileiras.

No governo do presidente Hermes da Fonseca, os esforços pela melhoria da saúde e do saneamento foram interiorizados. Em 1912, duas frentes partem: uma rumo à Amazônia e outra rumo ao sertão.

A primeira expedição, chefiada pelo próprio Oswaldo Cruz, auxiliado pelo ainda jovem Carlos Chagas, avançou pela floresta, tratando a população amazônica e estudando as diversas doenças tropicais.

Já Artur Neiva e Belisário Pena, em sua expedição pelo sertão, deparavam-se com condições mínimas de higiene nas quais viviam os sertanejos. Populações inteiras eram vítimas de problemas nutricionais: subnutrição, bócio, raquitismo.

Vê-se em *Viagem Científica* uma descrição e uma análise preciosa e rara do cotidiano do sertanejo brasileiro no início do século 20, época em que os pesquisadores brasileiros tinham grandes incentivos governamentais na tentativa de solucionar os problemas vividos pelos cidadãos de todos os rincões.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Viagem Científica* é uma publicação da Subsecretaria de Edições Técnicas. Pode ser adquirido, a R\$ 8, por meio no site www.senado.gov.br. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Belém do Pará sedia encontro do Interlegis

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), participou do 5º Seminário Regional Programa Interlegis, realizado semana passada no auditório da Assembléia Legislativa do Pará, em Belém. Foi assinado um protocolo de intenções entre o Senado e o Legislativo paraense, para promover o desenvolvimento institucional e de recursos humanos por meio de programas de inclusão digital. O encontro contou com a presença do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e de 187 vereadores estaduais.

No encontro, Efraim pediu às lideranças empresariais paraenses que colaborem com o programa e sugeriu o envio de equipamentos obsoletos de informática às casas legislativas municipais. Para o senador, a aplicação das novas tecnologias de informação ao processo legislativo poderá ampliar os efeitos benéficos da democracia representativa e tornar o Poder Legislativo “forte,



Flexa Ribeiro e Efraim Morais (E) assistem à apresentação de dança típica durante evento do Programa Interlegis

moderno e integrado”.

O Pará tem 143 municípios, mas apenas 61 câmaras municipais encontram-se interligadas ao programa, das quais 50 já receberam um microcomputador e uma impressora a laser. Flexa Ribeiro pediu que os vereadores presentes ao seminário se mobilizassem para a inclusão dos 82 municípios restantes. E explicou

que a adesão ao programa é feita sem custo para as prefeituras que participarem da iniciativa.

O encontro foi prestigiado pelo vice-prefeito de Belém em exercício, Manoel Pioneiro, pelo presidente da Câmara de Vereadores local, Raimundo Castro, e pelo diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madrugá.

No ar, a TV da diversidade latino-americana

A 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, realizada na sexta-feira em Brasília, marca também o início das transmissões em caráter permanente da TV Brasil – Canal Integración, uma emissora dedicada aos países da região. Após a cobertura da reunião, a TV vai passar a veicular uma programação diária de quatro horas. Filmes, documentários e programas educativos, musicais e jornalísticos de sete países sul-americanos vão refle-

tir a diversidade e a pluralidade de temas, formatos e linguagens da América do Sul.

Antes dessa transmissão, a TV já havia entrado no ar duas vezes em caráter experimental. Trata-se de uma iniciativa pioneira do Estado brasileiro, reunindo os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo para a prestação de serviços televisivos ao exterior.

Além da intenção de fortalecer o processo de integração entre os países da região, a TV Brasil – Canal Integración nasce com o

intuito de funcionar como uma janela de exibição da produção audiovisual na América do Sul, ao veicular produções tanto de entidades parceiras como de produtores independentes. Para tanto, foram firmados acordos de cooperação com diversas instituições internacionais.

Mais de 20 emissoras do Chile, Colômbia, Argentina, Uruguai, Equador, Estados Unidos e Brasil estão acompanhando a programação da TV Brasil – Canal Integración.

Conheça o Senado



Sede do Interlegis, próxima ao prédio do Congresso Nacional: programa criado com auxílio do BID integra legislativos de todo o país

Rede nacional para o conhecimento

Desenvolvido pelo Senado Federal em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa Interlegis já está presente em 4 mil casas legislativas do país. Participam do programa 81 senadores, 513 deputados federais, mais 24 deputados distritais, 1.112 estaduais e 32.020 vereadores.

A proposta do Interlegis é promover maior transparência e interação do Poder Legislativo com os cidadãos. Para isso, são utilizadas as novas tecnologias de informação, que permitem troca de dados e experiências

entre os legislativos de âmbito federal, estadual e municipal.

Cursos, palestras, seminários e uma série de outros eventos são transmitidos via Internet e videoconferência. Todas as assembleias estaduais já foram equipadas e possuem salas multiuso, especialmente utilizadas para a formação e aperfeiçoamento de seus servidores via Interlegis. São oferecidos cursos de ensino a distância e presenciais, entre eles os que tratam de assuntos como orçamento, Lei de Responsabilidade Fiscal e administração legislativa.

Pelo Interlegis também está

sendo realizado o 1º Censo Legislativo da América Latina, que englobará todos os municípios brasileiros, traçando assim um perfil das câmaras de vereadores. A proposta é verificar a situação de infraestruturas física, tecnológica e de comunicação, permitindo um detalhamento do processo legislativo municipal.

O resultado será divulgado no Encontro Nacional do Interlegis, em novembro, em Brasília. O censo já identificou, por exemplo, que a maior parte das câmaras municipais não possui sequer uma sede própria.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Suely Bastos
Reportagem: Cintia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da

Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Brasil ainda é um país de desdentados

Vai mal a saúde bucal do brasileiro, apesar do Brasil ser um dos países com o maior número de dentistas do mundo (cerca de 203 mil cirurgiões-dentistas). Segundo dados de 1998 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 27,9 milhões de brasileiros nunca foram ao dentista. Já levantamento do Ministério da Saúde, entre 2000 e 2004, com 108.921 pessoas em 250 municípios, demonstrou que a perda dentária precoce é também um problema considerável. Cerca de 45% dos adolescentes na faixa dos 18 anos já não possuem todos os dentes na boca.

As estatísticas são mais alarmantes quando chegam aos adultos: mais de 28% não possuem nenhum dente com função em uma das arcadas, ou seja, foram todos extraídos ou os que restam

estão comprometidos. Entre os idosos, três a cada quatro não têm nenhum dente funcional na boca. Além de dentes ruins, as gengivas ainda estão comprometidas. Cerca de 78% da população adulta e 90% dos idosos brasileiros têm problemas na gengiva. Por trás de números tão desfavoráveis estão a falta de informações e a dificuldade de acesso a tratamentos na rede pública.

Dentes saudáveis significam muito mais que um sorriso bonito. Os problemas dentários e de gengiva afetam a saúde do corpo em geral e ainda prejudicam a fala e a mastigação. Em comemoração ao Dia do Dentista, celebrado hoje, e antecipando o Dia da Saúde Bucal (dia 25), o *Especial Cidadania* traz dicas para uma boa higiene bucal, que começa com hábitos preventivos desde a infância.



Saúde bucal: hábitos saudáveis devem ser adquiridos na infância para prevenir problemas

Cuidados e dicas para uma boa higiene bucal

- ▶ Escove os dentes após cada refeição, de forma que toda a superfície do dente fique limpa. Também escove suavemente a gengiva.
- ▶ Evite a ingestão de balas, chocolates e alimentos com açúcar entre as refeições.
- ▶ Utilize uma escova macia e adequada ao tamanho da boca. Ela deve ser lavada após cada uso em água corrente e guardada em local limpo. Em geral, deve ser trocada a cada 2 ou 3 meses de uso. As cerdas

não podem estar amassadas e/ou tortas.

- ▶ Use fio dental diariamente para remover a placa bacteriana e os resíduos alimentares que se depositam entre os dentes e a gengiva.
- ▶ As pastas de dentes devem conter flúor.
- ▶ O enxagüante bucal não substitui a escovação. Só utilize



quando for recomendado por um dentista.

- ▶ Escove suavemente a língua para remover bactérias e purificar o hálito.
- ▶ Próteses removíveis (dentaduras) devem ser limpas a cada refeição. Após cinco anos de uso, devem ser reavaliadas.
- ▶ Visite o dentista a cada seis meses para fazer limpeza e exame completo dos dentes.
- ▶ A higiene bucal deve começar desde

os primeiros dias de vida. Após cada mamada, a boca do bebê deve ser limpa com uma fralda, algodão ou gaze umedecida em água filtrada.

- ▶ Não adicione açúcar ou mel na mamadeira, tampouco na chupeta.
- ▶ Não prove nem assopre os alimentos antes de dar à criança. Isso pode transmitir bactérias para ela. Também não beije a boca da criança e nem utilize os utensílios antes de dar a ela.

Fonte: Colgate e Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro

Câncer de boca já é o oitavo que mais mata

Além de cáries e doenças da gengiva, o câncer de boca tem afligido muitos brasileiros. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), são mais de 10 mil novos casos por ano, sendo o oitavo câncer de maior incidência no Brasil. Em 2002, o câncer de boca matou mais de 3.500 pessoas no país. Quase 40% dos casos da doença acabam em morte. Isso ocorre porque 70% dos diagnósticos são feitos quando a lesão atingiu um estágio avançado. A prevenção e o diagnóstico precoce são as melhores armas para evitar tantas vítimas.

Fumo, álcool, má higiene e uso de próteses dentárias mal-ajustadas são as maiores causas do câncer de boca. O principal sintoma da doença é o aparecimento de feridas que não cicatrizam em até uma semana. Outros indícios são ulcerações superficiais e in-

dolores com menos de 2 cm de diâmetro – que podem sangrar ou não – e manchas esbranquiçadas ou avermelhadas nos lábios ou na mucosa bucal. Em nível avançado, o câncer de boca provoca dificuldade da fala, do ato de mastigar e da deglutição, emagrecimento acentuado, dor e a presença de íngua no pescoço. No Brasil, geralmente desenvolve câncer bucal o indivíduo do sexo masculino, acima dos 30 anos, fumante, consumidor de bebidas alcoólicas e de classe social menos favorecida.

É recomendável como forma de prevenção que as pessoas façam o auto-exame da boca uma vez a cada seis meses. O objetivo é identificar

lesões, mudança na cor da pele e mucosas, endurecimentos, caroços, feridas, inchações, áreas dormentes, dentes quebrados ou amolecidos e úlcera rasa, indolor e avermelhada. Quando o câncer bucal é diagnosticado, cirurgia, radioterapia e quimioterapia – isoladas ou associadas a outros tratamentos – são os métodos terapêuticos usados.



Dentistas alertam: escovação adequada é melhor forma de prevenir males da boca

Quatro em cada dez brasileiros sofrem de mau hálito

Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa dos Odores da Boca, quatro em cada dez brasileiros sofrem de mau hálito. A halitose não é uma doença, mas um sintoma que pode ter mais de 50 causas diferentes, por isso é importante procurar ajuda médica e/ou odontológica.

Uma das causas mais comuns da halitose é a diminuição da

quantidade de saliva, ocasionada por fatores como a ingestão de remédios, estresse e algumas doenças.

A diminuição de saliva favorece a formação de uma placa bacteriana na língua, formada por restos alimentares, células que se descamam da mucosa bucal e bactérias. A escovação adequada é a melhor forma de

prevenir o problema. Também é importante ingerir bastante líquido, comer frutas e verduras e não ficar muito tempo sem ingerir alimentos.

Mais informações pelo site www.abpo.com.br.

Projetos em tramitação

PLS 150/04 – Do senador Alberto Silva (PMDB-PI), determina que, no mínimo, 10% dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde sejam aplicados em assistência odontológica. Pelo projeto, a rede municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá contar com equipe de saúde bucal e consultório odontológico para cada 2 mil habitantes.

PL 5.391/05 – A presença de um dentista em eventos esportivos pode se tornar obrigatória, conforme projeto do deputado Gilmar Machado (PT-MG), em tramitação na Câmara. Esse profissional deverá ser especializado em Odontologia Esportiva.

PL 3.520/04 – Substitutivo do deputado Carlos Mota (PL-MG) ao projeto, já aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para obrigar as empresas a

manterem serviço de assistência odontológica para os empregados. De autoria do deputado Vanderlei Assis (PP-SP), a proposta também inclui os exames odontológicos entre as obrigações do empregador na área de saúde, previstas na CLT. Em tramitação na Câmara.

PL 4.865/05 – Projeto do deputado Carlos Nader (PL-RJ) autoriza o Ministério da Saúde a realizar atendimento odontológico itinerante, por meio do Programa Odonto-Móvel.

PL 1.274/04 – Do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), cria a profissão de agente comunitário de saúde bucal.

PL 1.120/03 – Os formandos em Odontologia também poderão ser obrigados a fazer residência ao final do curso universitário, prevê projeto do deputado Ricardo Izar (PTB-SP), em tramitação na Câmara.

Informações

Ministério da Saúde
Coordenação Nacional de Saúde Bucal
Esplanada dos Ministérios, Bloco G
70058-900 Brasília (DF)
Tel.: (61) 2315-3434
Serviço de Atendimento ao Usuário do SUS: 0800 644-9000
Disque Saúde: 0800 61-1997
www.saude.gov.br
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Disque Medicamentos: 0800 644-0644
www.anvisa.gov.br

Conselho Federal de Odontologia
Av. Nilo Peçanha, 50, Centro
20020-906 Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2122-2200
www.cfo.org.br

Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas dos Odores da Boca
Av. 9 de Julho, 394, conj. 63/64,
12243-001 São José dos Campos (SP)
Tel.: (12) 3913.3022
www.abpo.com.br

Universidade de Brasília (UnB)
Pólo Virtual de Saúde Bucal
www.saudebucalcoletiva.unb.br